

RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO

Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: 24/06/2026, às 9h30 (horário de Brasília), no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 19/06/2026
---	--

Objeto:		
Contratação de serviço de clipping de matérias jornalísticas, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia		
Valor Estimado da Contratação (Global)		
R\$ 47.616,00 (quarenta e sete mil seiscentos e dezesseis reais).		
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual
NÃO	NÃO	Termo de Contrato
Forma de Adjudicação	Modo de disputa	Intervalo mínimo entre lances
Item único	Aberto	1%

Documentos de habilitação (Item 09 do TR e Anexo III)*

<p>Requisitos Básicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ato constitutivo, estatuto, contrato social em vigor ou decreto de autorização; - Cédula de identificação e documento de outorga de poderes do representante; - Regularidade Fiscal e Trabalhista completa (consulta pelo pregoeiro ao SICAF, preferencialmente); - Consulta pelo pregoeiro aos cadastros informativos de Combate ao Trabalho Escravo, CAGEFIMP, CEIS, CNEP e CNIA; - Consulta pelo pregoeiro ao Cadastro de Fornecedores do TCE-RO e Lista de inidôneos do TCU. 	<p>Requisitos Específicos:</p> <p>Qualificação Econômico Financeira:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial - Lei n. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste prazo de validade;
--	--

*** O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado nas seções do instrumento convocatório acima indicadas. Na divergência entre os documentos de habilitação presentes no Termo de Referência e o Anexo III do edital, prevalecerão as condições deste último.**

Licitação Exclusiva ME/EPP?	Reserva Cota ME/EPP?	Prioridade ME/EPP local ou regional?	Exige amostra/demonstração?
SIM	Não	Não	Não
Planilha de custos e formação de preços			Não
Catálogos, folhetos ou documentos equivalentes, com fotos dos produtos ofertados que permitam a conferência das especificações técnicas e comprovem o atendimento ao descritivo constante no Termo de Referência – Anexo I deste edital.			Não
Prazo para envio da proposta definitiva e documentos de habilitação/complementares			
02 (duas) horas após convocação do pregoeiro se outro prazo não for concedido no chat de mensagens			
Telefone para contato		E-mail para contato:	
(69) 3010-0933 (69) 3010-0934 (69) 3010-0936		pregoeiro@tce.ro.gov.br	

Observações Gerais:

- Tendo em vista a ausência de descrições idênticas de alguns itens, por ocasião do cadastramento junto ao Sistema de Compras do Governo Federal (CATMAT), os mesmos foram cadastrados com descritivos similares, todavia, para cadastramento da proposta, deve-se observar e atender aos descritivos constantes no Anexo I - Termo de Referência e Anexo II - Orientações e modelo de proposta.

- Após a fase de lances e negociação de preços, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço atualizado e os documentos de habilitação exigidos no edital, quando convocado pelo Pregoeiro.

- Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante, quando convocado pelo Pregoeiro.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA LARISSA FREITAS DOS SANTOS**, **Técnico(a) Administrativo**, em 08/06/2026, às 12:57, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1061208** e o código CRC **E22B46DA**.

Referência: Processo nº 000830/2026

SEI nº 1061208

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone: 6932119135 - www.tzero.tc.br

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90008/2026/TCE-RO - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA MEI-ME-EPP

UASG: 935002

PREÂMBULO

O **Tribunal de Contas do Estado de Rondônia**, inscrito no CNPJ sob o n. **04.801.221/0001-10** torna pública a realização do presente Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, com participação exclusiva MEI-ME-EPP, para aquisição do objeto abaixo descrito. A licitação, autorizada no Processo Administrativo SEI n. 000830/2026, será regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, Lei Complementar n. 123/06 e todas as suas atualizações ou quaisquer outras que venham a substituí-las, independentemente de sua transcrição, e pelas condições constantes neste Edital.

Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 7h30 às 13h30, pelos telefones (69) 3609-6238 ou (69) 3609-6240, ou pelo e-mail: pregoeiro@tce.ro.gov.br. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e no Portal da Transparência deste TCE-RO (www.tce.ro.gov.br).

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente edital consiste na contratação de serviço de clipping de matérias jornalísticas, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, conforme especificações constantes no Termo de Referência.
- 1.2. As especificações devem constar no termo de referência (Anexo I), sendo vedada cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada.
- 1.3. A licitação terá como critério de julgamento o menor preço global, conforme tabela constante do Termo de Referência.
- 1.4. As informações acerca da entrega do bem/prestação do serviço estão pormenorizadamente descritas no Termo de Referência.

2. CONDIÇÕES PRELIMINARES

- 2.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.
- 2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações, prevalecerão as constantes do edital.
- 2.3. Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, com certificação digital.

3. DA COMUNICAÇÃO

- 3.1. Toda a comunicação será realizada por meio eletrônico:
- I - Durante o procedimento licitatório, por meio das ferramentas de comunicação do sistema Comprasnet;
 - II - Alternativamente, a critério do pregoeiro ou após a conclusão do certame, por e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta).
- 3.2. No caso de comunicação por e-mail, a ciência do ato dar-se-á na data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação ao término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.
- 3.3. Havendo quaisquer problemas de ordem técnica, o envio de documentos relacionados ao julgamento da licitação poderá ser feito ao e-mail institucional **pregoeiro@tce.ro.gov.br**, sendo posteriormente disponibilizados para consulta no sítio eletrônico.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

- 4.1. Poderão participar deste pregão eletrônico, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 4.2. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante. O licitante também é o único responsável pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ou pela sua eventual desconexão.
- 4.3. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.5. Restrições à participação de pessoas físicas e/ou jurídicas (no que couber) e sem prejuízo de outras previsões legais específicas:
- I - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - II - Impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;
 - III - Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;
 - IV - Empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, IV da Lei n. 14.133/2021^[1];
 - V - Em processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
 - VI - Impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia;
 - VII - Suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Órgão;
 - VIII - Punida com suspensão temporária do direito de licitar e contratar^[2];
 - IX - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - X - Órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo

objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital - nos casos de Edital de licitação para registro de preços, na forma do art. 82, inciso VIII da Lei 14.133/2021;

XI - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

XII - O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

XIII - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

XIV - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

4.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos XII e XII do item 4.5 deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.8. O disposto neste item não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.9. Os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados em português (ou traduzidos por tradutor juramentado).

4.10. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar n. 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E ESCLARECIMENTOS

5.1. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados, nos prazos previstos na legislação, via e-mail para o endereço pregoeiro@tce.ro.gov.br, não suspendendo os prazos previstos no certame.

5.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n. 14.133/21 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, de acordo com o artigo 164 da Lei 14.133/21.

5.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.4. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

6. DOS REQUISITOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

- 6.1. Será declarada a proposta vencedora aquela que preencher as exigências de especificação do termo de referência e melhor classificada segundo o critério de julgamento eleito.
- 6.2. Os preços unitários e totais devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (sendo as demais desprezadas), em algarismos e por extenso.
- 6.3. Poderão ser desclassificadas as propostas que apresentem irregularidades, a exemplo de:
- I - Contiver vícios insanáveis;
 - II - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - III - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - V - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;
 - VI - Cotação de objeto diverso;
 - VII - Condições que contrariem as exigências deste certame ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente;
 - VIII - Proposta alternativa ou que não atenda aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;
 - IX - Irregularidades ou defeitos que prejudiquem o julgamento objetivo por parte do pregoeiro;
 - X - Proposta de valor excessivo, manifestamente inexequível ou omissa;
 - XI - Proposta e/ou documentos complementares não enviados no prazo estabelecido pelo pregoeiro.
- 6.4. A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.
- 7.2. O critério de julgamento desta licitação será aquele descrito no **item 1** do presente Edital.
- 7.3. O envio dos lances deverá corresponder ao valor total do item. Os preços unitários e totais devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (sendo as demais desprezadas), em algarismos e por extenso.
- 7.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances (conforme consta do orçamento estimativo), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.
- 7.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa ABERTO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.5.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos

do período de duração da sessão pública.

7.5.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.5.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.5.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, admitir justificadamente o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.6. Ao final da etapa de lances, ocorrendo empate ficto de ME/EPP (art. 44, § 2º, da Lei Complementar n. 123/06) o sistema eletrônico se encarregará automaticamente de assegurar o exercício dos direitos de preferência.

7.7. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será a reabertura para disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

7.8. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, os licitantes deverão acompanhar a etapa de JULGAMENTO, permanecendo on-line para atender eventuais convocações do pregoeiro e mensagens do sistema, sob o risco da perda de direitos.

7.9. No caso de desconexão com o pregoeiro no decorrer da etapa competitiva deste Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.10. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão desta licitação será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes através do sistema eletrônico de compras (no sítio www.compras.gov.br), em um prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas após ao aviso.

7.11. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.12. **Esgotados todos os critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.**

8. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

8.1. Para todos os efeitos, aplicam-se à presente licitação todos os direitos assegurados às micro e pequenas empresas na Lei Complementar n. 123/2006.

8.2. A obtenção de benefícios previstos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação para a licitação, em atendimento ao previsto no artigo 4º da Lei n. 14.133/2021.

8.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem

na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

8.4. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, observando os critérios de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.3. Após a negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros previstos no item 11 - DA HABILITAÇÃO.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.6. Na ocorrência citada no item 10.4, o licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.7. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

9.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o licitante provisoriamente classificado deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchida, no prazo de até 02 (duas) horas, a partir da convocação efetuada pelo pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema COMPRASNET.

9.10. O pregoeiro examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

9.11. Caso atendidas as condições de participação observando o disposto no item 6 - DOS REQUISITOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS, será iniciado o procedimento de habilitação.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A relação de documentos requisitados para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se em anexo a este edital, a qual poderá ser substituída por registro cadastral emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

10.2. A habilitação do licitante poderá ser comprovada mediante consulta on-line a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

10.3. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral em validade, emitido pela Comissão de Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, será válida opcionalmente, como

comprovação da habilitação requerida.

10.4. Serão consultados, para fins de habilitação:

- I - As declarações prestadas em campo próprio do sistema;
- II - SICAF;
- III - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011;
- IV - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>), que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;
- V - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>), que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;
- VI - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;
- VII - Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo;
- VIII - Lista de inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU);
- IX - Cadastro de Fornecedores do TCE-RO.

10.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I - Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II - Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III - Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

10.6. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos há menos de noventa dias.

10.7. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro. Caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de licitação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

11. DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Caberá recurso em face de:

- I - Julgamento das propostas;
- II - Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- III - Anulação ou revogação da licitação.

11.2. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

- I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021,

da ata de julgamento.

11.3. Qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recurso no prazo de 10 (dez) minutos após a aceitação da proposta e habilitação do fornecedor.

I - A falta de manifestação do interesse de recorrer no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.4. O licitante deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo.

11.5. Para justificar e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do acatamento de sua intenção de recurso.

11.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.7. Os recursos serão dirigidos ao pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão em 3 (três) dias úteis. Caso não reconsidere, deverá remeter o recurso à autoridade competente para julgamento, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, de acordo com o § 2º do artigo 165 da Lei 14.133/21.

11.8. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

11.9. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.10. A adjudicação do objeto e a homologação do resultado deste pregão compete ao ordenador de despesas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

12. DAS PENALIDADES

12.1. A contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas no Regulamento Referente à apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas cometidas por licitantes ou fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia durante os processos de aquisição de bens e contratação de serviços e obra. Dentre as penalidades, tem-se:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa contratual;

IV - impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 3 (três) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente

justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

12.4. O percentual da multa moratória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem excederá 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato. O seu valor será calculado em percentual sobre o valor da parcela em mora, e incidirá por dia de atraso, sob limites proporcionais ao prazo fixado para cumprimento da obrigação assumida.

13. OS PROCEDIMENTOS APÓS A CONCLUSÃO DO CERTAME

13.1. A Administração disponibilizará mecanismo de assinatura eletrônica para assinar o instrumento contratual.

13.2. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de meio digital/virtual, far-se-á a remessa do contrato, por via postal, para assinatura da adjudicatária.

13.3. A adjudicatária será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail) para assinatura do contrato, no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, devendo realizar a assinatura no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

13.4. A gestão, fiscalização e o acompanhamento da execução contratual, serão realizados de acordo com as disposições constantes na Lei 14.133/21 e nos regulamentos internos do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

13.5. O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia realizará o pagamento ao contratado de acordo com o estabelecido no Termo de Referência /Projeto Básico, e em conformidade com as disposições estabelecidas no regulamento interno de ordem cronológica de pagamentos.

13.6. Caberá reajuste de preços sempre que solicitado pelo contratado dentro da vigência contratual e desde que transcorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento-base, cujo índice será o disposto no Termo de Referência/Projeto Básico e Instrumento Contratual.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica.

14.2. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

14.3. A contratada deverá disponibilizar e manter controle permanente sobre endereço eletrônico (e-mail), o qual será o canal oficial de comunicação, sendo válido para avisos, comunicações formais, notificações e todo o contato oficial, com prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para resposta.

14.4. Não havendo expediente na data determinada, ou na ocorrência de qualquer outro fato que impossibilite a realização deste pregão, a sessão será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário.

14.5. Integram este edital os anexos a seguir:

Anexo I – Termo de referência;

Anexo II – Orientações e modelo de propostas;

Anexo III – Relação de documentos de habilitação;

Anexo IV – Minuta do contrato; e

Anexo V – Planilha de resumo de preços.

Porto Velho - Rondônia, datado e assinado eletronicamente.

[1] Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas: IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
[2] Conforme entendimento exarado no Parecer nº 210/15-ASSEJUR/GP/TCE-RO, a suspensão do direito de licitar e contratar lastreada no art. 87, III da Lei 8.666/93 “espraia-se para além do órgão e do ente federativo da qual irrompeu”. A este respeito, ver STJ, T2 - Segunda Turma, REsp 151.567/RJ, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, j. 25/02/2003, p. DJ 14/04/2003 e STJ, T2 – Segunda Turma, REsp 174.274/SP, Rel. Min. Castro Meira, j. 19/10/2004, p. DJ 22/11/2004.



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA ANGELICA REIS E SILVA**, **Chefe**, em 27/04/2026, às 10:58, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleidson Santos Oliveira**, **Assessor(a) I**, em 27/04/2026, às 15:20, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tccero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1039579** e o código CRC **8F997AC4**.

Referência: Processo nº 000830/2026

SEI nº 1039579

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone: 6932119135 - www.tccero.tc.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 000830/2026

1. UNIDADE REQUISITANTE

1.1. A unidade requisitante da presente contratação é a Assessoria de Comunicação Social - ASCOM do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO.

2. OBJETO

2.1. **Contratação de serviço de *clipping* de matérias jornalísticas**, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

2.2. Entende-se por clipping o monitoramento, captação, seleção, compilação e organização de matérias jornalísticas que façam referência a indexadores previamente definidos, publicadas em mídia impressa (jornais e revistas), eletrônica (rádio e televisão) e online (sites, blogs e plataformas congêneres), com disponibilização em banco de dados, classificação de conteúdo e remessa de avisos e inteiro teor por meio eletrônico.

2.3. O prazo inicial de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no exercício de sua missão institucional de fiscalizar a gestão dos recursos públicos e promover o aprimoramento da Administração Pública, necessita manter comunicação contínua, estratégica e eficiente com a sociedade, assegurando transparência, credibilidade e adequada divulgação de suas ações, decisões e posicionamentos.

3.2. Nesse contexto, o serviço de clipping de matérias jornalísticas constitui ferramenta essencial de apoio à gestão da comunicação institucional, ao possibilitar o monitoramento sistemático, a captação, a seleção, a compilação e a organização de matérias veiculadas nos diversos meios de comunicação impressos, eletrônicos e digitais que façam referência ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a seus membros, agentes públicos e às temáticas afetas ao controle externo e à Administração Pública.

3.3. A utilização contínua desse serviço permite mensurar, de forma qualificada, a percepção da imagem institucional do TCE-RO perante a opinião pública, a partir da análise da repercussão midiática, viabilizando a adoção de estratégias de comunicação mais eficazes, direcionadas aos diversos públicos de interesse e, quando necessário, o reposicionamento institucional perante a sociedade.

3.4. O serviço de clipping subsidia, ainda, a atuação da Assessoria de Comunicação Social na identificação de pautas estratégicas, no planejamento e na execução de ações comunicacionais e na produção de conteúdos institucionais alinhados à missão da Corte, ao transformar informações dispersas em dados organizados, analisáveis e úteis à tomada de decisão.

3.5. O monitoramento permanente das mídias possibilita atuação preventiva e tempestiva na gestão de crises de imagem, por meio da identificação antecipada de matérias, publicações e comentários de natureza positiva, negativa ou neutra. A detecção precoce dessas ocorrências contribui para respostas mais rápidas e eficazes, mitigando riscos à imagem institucional e fortalecendo a confiança da sociedade no Tribunal.

3.6. O material produzido e disponibilizado pelo serviço de clipping serve como subsídio técnico à execução dos planos e estratégias de comunicação institucional, sendo analisado pela ASCOM e utilizado como base para avaliação de resultados, aprimoramento contínuo das ações comunicacionais e suporte às decisões da alta gestão, com disponibilização do conteúdo aos membros e gestores da Corte.

3.7. Ressalta-se que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia possui histórico consolidado de utilização do serviço de clipping jornalístico, o qual se revela indispensável ao funcionamento das rotinas da Assessoria de Comunicação Social e ao atendimento das demandas informacionais institucionais. Atualmente, encontra-se vigente o Contrato nº 16/2021 (0321281), celebrado com a empresa Eficaz Assessoria em Comunicação Ltda, com vigência iniciada em 04 de agosto de 2021 e término previsto para 03 de agosto de 2026.

3.8. A proximidade do encerramento da vigência contratual impõe a necessidade de planejamento antecipado da nova contratação, de modo a evitar a descontinuidade de um serviço essencial. Eventual interrupção comprometeria o monitoramento sistemático da imagem institucional, a resposta tempestiva às demandas da mídia e a efetividade das estratégias de comunicação adotadas pelo Tribunal.

3.9. Embora o TCE-RO realize atividades internas de acompanhamento de notícias, tal atuação limita-se, em grande parte, a meios digitais específicos, não abrangendo de forma integral e sistematizada outros canais relevantes, como rádio e televisão. A presente contratação visa conferir maior robustez, alcance e efetividade ao serviço, ampliando a cobertura midiática e assegurando maior profundidade na análise dos indicadores relacionados à imagem institucional.

3.10. Dessa forma, a contratação do serviço de clipping mostra-se necessária e adequada para garantir a continuidade administrativa de atividade essencial, fortalecer a visibilidade institucional do TCE-RO, otimizar o uso dos recursos humanos e técnicos disponíveis, apoiar a formulação e execução das políticas e planos de comunicação e aprimorar a relação da Instituição com a sociedade, em consonância com os princípios da eficiência, da transparência e do interesse público, bem como com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE SOLICITADA

3.11. A presente contratação refere-se à prestação do serviço de clipping de matérias jornalísticas, o qual, embora possa apresentar pormenorização interna em etapas operacionais, tais como monitoramento, captação, seleção, compilação, classificação, organização em banco de dados e envio eletrônico de conteúdos, configura-se como um serviço único, contínuo e integrado, cuja finalidade é o acompanhamento sistemático das menções institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia nos diversos meios de comunicação.

3.12. Ressalte-se que tais etapas não possuem autonomia funcional ou econômica, sendo interdependentes e indissociáveis, de modo que a fragmentação do objeto ou a quantificação individualizada de cada fase não refletiria a natureza real do serviço prestado. Assim, a quantificação da contratação se dá de forma global, correspondente à execução contínua do serviço de clipping, durante o período de vigência contratual, e não por volumes ou unidades isoladas de entrega.

3.13. O modelo ora adotado encontra respaldo no Processo SEI nº 002637/2021, que originou o Contrato nº 16/2021 (0321281), celebrado com a empresa Eficaz Assessoria em Comunicação Ltda., cuja vigência iniciou-se em 04/08/2021 e encerrar-se-á em 03/08/2026, contrato este que permanece vigente e em plena execução, demonstrando a adequação técnica e operacional do formato de contratação por serviço contínuo e integrado.

3.14. Dessa forma, a quantidade solicitada mostra-se compatível com a natureza do objeto, com o histórico contratual da Administração e com a necessidade permanente de monitoramento da mídia, assegurando a continuidade do acompanhamento institucional, a organização das informações e o suporte

às atividades de comunicação e gestão do Tribunal.

3.15. Frisa-se, que, a ilustração explicitada a seguir deriva uma única entrega, que conforme a supracitada elucidação, são etapas que compõe um único serviço, o de *Clipping*, conforme segue:

Item	Unidade	Título da etapa/serviço	Descrição exemplificativa
Serviço de Clipping de Matérias Jornalísticas	1	Monitoramento sistemático e contínuo da mídia	Realização de monitoramento permanente, estruturado e ininterrupto dos veículos de comunicação impressos, eletrônicos e digitais, por meio de ferramentas especializadas e critérios previamente definidos, contemplando a identificação de menções institucionais diretas e indiretas ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, bem como temas correlatos de interesse institucional.
		Captação e coleta integral de conteúdos jornalísticos	Captação, coleta e preservação do inteiro teor das matérias jornalísticas identificadas no monitoramento, incluindo textos, imagens, áudios e vídeos, assegurando a fidelidade das informações, a identificação do veículo, data de publicação, autoria, alcance e demais metadados relevantes.
		Tratamento técnico e extração de informações	Tratamento técnico dos conteúdos coletados, compreendendo a extração de dados relevantes, padronização das informações, organização estrutural dos registros e adequação dos formatos para fins de armazenamento, consulta e disseminação institucional.
		Classificação temática, indexação e catalogação	Classificação das matérias segundo critérios temáticos, institucionais e técnicos, com indexação por palavras-chave, assunto, data, veículo, tipo de mídia e, quando aplicável, avaliação de tonalidade do conteúdo, promovendo a catalogação em banco de dados estruturado, organizado e pesquisável.
		Disponibilização, consolidação e envio ao Tribunal	Disponibilização das informações ao Tribunal por meio de ambiente eletrônico, boletins informativos, alertas automáticos e envio do conteúdo integral, observada a periodicidade definida contratualmente, garantindo tempestividade, confiabilidade e acesso facilitado às informações.
		Gestão, manutenção de histórico e rastreabilidade	Gestão e manutenção de banco de dados histórico contendo o acervo completo das matérias monitoradas durante a vigência contratual, assegurando rastreabilidade, integridade das informações, possibilidade de auditoria, extração de relatórios gerenciais e consultas retroativas.

Quadro 1: Descrição exemplificativa do serviço.

3.16. As etapas descritas na tabela acima representam uma estrutura operacional mínima e referencial do serviço de clipping de matérias jornalísticas, tendo por finalidade evidenciar, de forma didática, os principais componentes que integram a execução do objeto. Trata-se de uma representação sintética do serviço, não exaustiva, que visa assegurar a compreensão da lógica operacional envolvida, sem pretensão de esgotar todas as atividades técnicas eventualmente empregadas pelas empresas especializadas.

3.17. Ressalte-se que as empresas interessadas poderão adotar etapas adicionais, procedimentos complementares, fluxos internos distintos ou soluções tecnológicas próprias, desde que tais incrementos operacionais não descaracterizem o objeto, não comprometam a uniformidade da prestação do serviço e se mantenham compatíveis com as exigências técnicas estabelecidas neste Termo de Referência. Em qualquer hipótese, não será admitida a supressão das etapas mínimas descritas, sob pena de comprometimento da eficiência, da continuidade e da qualidade do serviço contratado.

3.18. Destaca-se, ainda, que a contratada possui liberdade técnica quanto à utilização de softwares, ferramentas tecnológicas, métodos de curadoria, automação de processos e organização interna de suas rotinas operacionais, cabendo-lhe a escolha dos meios mais adequados para o fiel cumprimento do objeto. Tal liberdade, contudo, não afasta a obrigação de observância integral aos requisitos estabelecidos

neste Termo de Referência, tampouco exime a contratada da responsabilidade pelos resultados esperados.

3.19. Por fim, esclarece-se que as escolhas técnicas e operacionais adotadas pela contratada, inclusive aquelas relacionadas a soluções tecnológicas, sistemas de monitoramento ou métodos de curadoria de conteúdo, não deverão, em nenhuma hipótese, refletir em majoração de custos para a Administração, devendo os preços ofertados contemplar todos os recursos necessários à plena execução do serviço, nos termos das condições estabelecidas neste instrumento.

CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

3.20. A presente contratação encontra-se em total consonância com o **Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – ciclo 2024–2028**, especialmente no que se refere às estratégias e iniciativas voltadas à área de Comunicação Institucional. O serviço de clipping de matérias jornalísticas constitui instrumento essencial para o acompanhamento sistemático da imagem institucional, da repercussão das ações do Tribunal e da identificação tempestiva de riscos reputacionais, contribuindo para uma atuação preventiva, planejada e alinhada aos objetivos estratégicos da Administração.

3.21. Nesse contexto, a contratação guarda aderência direta ao **Eixo B – 5, que trata de “Estruturar mecanismos de gerenciamento de riscos de processos e de conduta, com vistas a fortalecer a integridade institucional”**, uma vez que o monitoramento contínuo da mídia permite identificar, analisar e responder de forma célere a conteúdos sensíveis, críticas, informações distorcidas ou temas de relevância institucional, fortalecendo a governança, a transparência e a integridade do Tribunal.

3.22. A iniciativa também se alinha ao **Plano de Gestão 2026–2027, especialmente à macro diretriz “Controle Externo Orientado por Dados”**, considerando que o serviço de clipping viabiliza a coleta, organização e disponibilização de dados qualificados provenientes da mídia, os quais subsidiam decisões mais assertivas, análises estratégicas e a construção de modelos de acompanhamento e resposta institucional. Tal abordagem reforça a cultura organizacional data-driven, potencializando o uso estruturado da informação no âmbito da comunicação e da gestão.

3.23. Por fim, a contratação encontra-se devidamente priorizada no planejamento das aquisições da Administração, estando prevista no **Plano Anual de Contratações – PAC 2026 sob o item 082.050.PAC.2026**, o que evidencia o alinhamento entre a necessidade identificada pela Assessoria de Comunicação Social – ASCOM, o planejamento estratégico institucional e a programação das despesas, assegurando coerência, racionalidade e previsibilidade à execução da contratação.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO / QUADRO RESUMO / REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

DETALHAMENTO DO OBJETO E QUADRO RESUMO

4.1. Os bens/serviços deste Termo de Referência, deve atender às especificações técnicas, quantitativos e diretrizes constantes no Id. (1004978) no Artefato do Termo de Referência - Anexo C - Detalhamento do Serviço, constituindo requisito obrigatório para o adequado atendimento das necessidades institucionais da Administração, seguindo, as seguintes coordenadas:

Item	Detalhamento	Unidade	Quantidade	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)
------	--------------	---------	------------	--------------------	-------------------

Item	Detalhamento	Unidade	Quantidade	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)
1	<p>Serviço de <i>clipping</i> de matérias jornalísticas de interesse do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, abrangendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tabela com a lista de portais web para análise de mídia online; - Monitoramento de mídia impressa; - Lista dos canais de mídia eletrônica – rádio local; - Monitoramento e análise de TV local; - Lista de palavras-chave para coleta do clipping. <p>Tudo conforme detalhamento e obrigações constantes no Termo de Referência.</p>	serviço	1	R\$ -	R\$ -

4.2. Segue a pormenorização de cada etapa:

4.2.1. **Portais web para análise de mídia online** - O monitoramento de mídia online compreende a coleta, o acompanhamento contínuo e a análise de conteúdos jornalísticos publicados em portais de notícias, sites institucionais de imprensa e veículos digitais de ampla circulação, com foco em matérias que façam referência direta ou indireta ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a seus membros, agentes públicos, decisões, fiscalizações, projetos e temas relacionados ao controle externo e à Administração Pública.

4.2.2. Esse campo de coleta caracteriza-se pela alta dinamicidade e pelo volume expressivo de publicações, exigindo monitoramento sistemático, atualizado e criterioso, de modo a possibilitar a identificação tempestiva de menções relevantes, a mensuração da repercussão institucional e o suporte às estratégias de comunicação. O acompanhamento dos portais web permite, ainda, a análise do alcance, do tom e do contexto das publicações, subsidiando a atuação preventiva e a tomada de decisões pela Assessoria de Comunicação Social.

4.2.3. A seguir, apresenta-se a tabela contendo a relação de portais web a serem monitorados para fins de análise de mídia online:

Mídia Online - Regional	
Nome do portal	Link de acesso
Ariquemes190	https://ariquemes190.com.br/
Correio de Notícia	https://correiodenoticia.com.br/
Correio do Vale	https://www.jornalcorreiodovale.com.br/
Expressão Rondônia	https://www.expressaorondonia.com.br/
Extra de Rondônia	https://www.extraderondonia.com.br/

Mídia Online - Regional	
Folha de Vilhena	https://www.folhadevilhena.com.br/
Folha do Interior	https://folhainterior.com.br/
Folha do Sul Online	https://www.folhadosulonline.com.br/
Folha Rondoniense	http://www.folharondoniense.com.br/
Gente de Opinião	https://www.gentedeopinioao.com.br/
G1 Rondônia	https://g1.globo.com/ro/rondonia/
Hoje Rondônia	https://www.hojeronondonia.com/
Na Hora Online	https://www.nahoraonline.com/
News Rondônia	https://www.newsronondonia.com.br/
O Central RO	https://www.ocentralro.com.br/
O Mamoré	https://www.omamore.com.br/
O Observador	http://www.oobservador.com.br/
O Rondoniense	https://orondoniense.com.br/
Painel Político	https://portal.painelpolitico.com/
Planeta Folha	https://planetafolha.com.br/
Portal Guajará	http://www.portalguajara.com/
Povo em Alerta	https://www.povoemalerta.com.br/
Tribuna Top	https://www.tribunatop.com/
Rolnews	https://www.rolnews.com.br/
Rondônia Agora	https://www.rondoniagora.com/
Rondônia ao Vivo	https://rondoniaovivo.com/
Rondônia Dinâmica	https://www.rondoniadinamica.com/
Rondônia VIP	https://www.jornalrondoniavip.com.br/
Rondonoticias	https://www.rondonoticias.com.br/

Quadro 2: Mídia Online Regional

Mídia Online Institucional	
Nome do portal	Link de acesso
Ampcon	https://www.ampcon.org.br/
Assembleia Legislativa de Rondônia (ALE-RO)	https://www.al.ro.leg.br/
Atricon	http://www.atricon.org.br/
Audicon	http://www.audicon.org.br/v1/
CNPGC	https://cnpgc.org.br/
CNPTC	https://cnptc.atricon.org.br/
Defensoria Pública de Rondônia (DPE-RO)	https://www.defensoria.ro.def.br/site/index.php
Governo de Rondônia	http://www.rondonia.ro.gov.br/

Mídia Online Institucional	
Instituto Rui Barbosa (IRB)	https://irbcontas.org.br/
Ministério Público de Rondônia (MP-RO)	https://www.mpro.mp.br/
Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO)	https://www.tjro.jus.br/

Quadro 3: Mídia Online Institucional

4.2.1. **Monitoramento de mídia impressa** - O monitoramento de mídia impressa compreende a coleta, o acompanhamento e a análise de matérias veiculadas em jornais e periódicos de circulação local, regional ou estadual, em formato físico ou digitalizado, que façam menção direta ou indireta ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a seus membros, agentes públicos, decisões, fiscalizações e temas relacionados ao controle externo e à Administração Pública.

4.2.2. Esse campo de coleta possui características próprias, com determinada periodicidade de publicação e relevância histórica e documental, sendo fundamental para a preservação de registros, análise de contexto e avaliação da repercussão institucional em veículos tradicionais. O acompanhamento sistematizado da mídia impressa complementa o monitoramento digital, assegurando cobertura ampla e integrada do ecossistema informacional.

4.2.3. A seguir, apresenta-se a relação de veículos de mídia impressa a serem monitorados no âmbito da contratação:

- I - Jornal Diário da Amazônia;
- II - Jornal Gazeta da Amazônia.

4.2.4. **Lista dos canais de mídia eletrônica/ rádio local** - O monitoramento de mídia eletrônica em rádio local compreende a captação, o acompanhamento e a análise de conteúdos jornalísticos, programas informativos, entrevistas, comentários e quadros opinativos veiculados por emissoras de rádio de abrangência local ou regional que façam referência ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a seus membros, agentes públicos, decisões, fiscalizações e temas relacionados ao controle externo e à Administração Pública.

4.2.5. Esse campo de coleta caracteriza-se pela alta capilaridade e pelo alcance direto junto à população, especialmente em municípios do interior, sendo essencial para a identificação de percepções, narrativas e abordagens difundidas em tempo real. O monitoramento sistemático das emissoras de rádio permite à Assessoria de Comunicação Social acompanhar a repercussão institucional, subsidiar respostas tempestivas e apoiar estratégias de comunicação direcionadas a públicos específicos.

4.2.6. A seguir, apresenta-se a tabela contendo a relação de canais de mídia eletrônica em rádio local a serem monitorados:

- I - Rádio 95 FM / Porto Velho;
- II - Rádio Caiari AM 1430 / Porto Velho;
- III - Rádio CBN Amazônia FM 101,9 / Porto Velho;
- IV - Rádio Globo RO AM 1310 / Porto Velho;
- V - Rádio Parecis FM 98,1 / Porto Velho;

- VI - Rádio Rondônia FM 93,3 / Porto Velho;
- VII - Rádio Antena FM 102,5 / Porto Velho;
- VIII - Rádio Transamérica Hits 94,1 / Porto Velho.

4.2.7. **Monitoramento e análise de TV local** - O monitoramento e a análise de conteúdos veiculados em emissoras de televisão local compreendem o acompanhamento sistemático de telejornais, programas informativos, entrevistas, reportagens especiais e quadros de opinião que façam referência ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a seus membros, agentes públicos, decisões, fiscalizações e temas relacionados ao controle externo e à Administração Pública.

4.2.8. Esse campo de coleta caracteriza-se pelo elevado alcance e impacto na formação da opinião pública, bem como pelo uso de linguagem audiovisual, exigindo análise contextualizada quanto ao conteúdo, ao enquadramento da matéria e ao tom adotado. O monitoramento contínuo da mídia televisiva local possibilita a identificação tempestiva de menções relevantes, a avaliação da repercussão institucional e o suporte à atuação preventiva e estratégica da Assessoria de Comunicação Social.

4.2.9. A seguir, apresenta-se a tabela contendo a relação de emissoras de televisão local a serem monitoradas no âmbito da contratação:

- I - Amazon Sat;
- II - Canal 25 (Rede Gazeta);
- III - Rede Amazônica Porto Velho / TV Rondônia (Rede Globo);
- IV - Record News RO (Record News);
- V - Rede TV! Rondônia (Rede TV!);
- VI - SIC TV (Rede Record);
- VII - TV Norte Rondônia (SBT);
- VIII - TV Meridional/Rondovisão (Band).

PALAVRAS CHAVE

4.3. A utilização de palavras-chave no serviço de clipping constitui elemento essencial para orientar os mecanismos de busca, coleta, filtragem e classificação dos conteúdos jornalísticos a serem monitorados nos diversos meios de comunicação, assegurando a identificação de matérias que façam referência direta ou indireta ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a seus membros, agentes públicos, unidades organizacionais, decisões, fiscalizações, projetos e temas relacionados ao controle externo e à Administração Pública. As palavras-chave funcionam como parâmetro técnico para a execução do serviço, servindo de base para a captura sistemática das informações relevantes à comunicação institucional.

4.4. As palavras-chave deverão abranger, entre outras, denominações institucionais, siglas, expressões correlatas e termos temáticos, incluindo exemplos como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, TCE-RO, Corte de Contas, controle externo, fiscalização, auditoria pública, prestação de contas, Administração Pública e transparência. Ressalta-se que tais exemplos possuem caráter meramente ilustrativo, destinando-se a demonstrar a lógica de utilização dos termos no processo de coleta, sem prejuízo da identificação de outras expressões relevantes que se relacionem ao objeto monitorado.

4.5. A lista de palavras-chave a ser utilizada no serviço de clipping possui natureza não taxativa e não exaustiva, constituindo referência orientadora para as pesquisas e o monitoramento das mídias, devendo ser compreendida como um norte técnico para a execução do serviço. A relação mais detalhada e atualizada das palavras-chave será disponibilizada no Artefato do Termo de Referência – Anexo C – Detalhamento do Serviço, ID SEI nº 1004978, podendo ser ajustada ou complementada ao longo da execução contratual, mediante solicitação da Assessoria de Comunicação Social, de modo a assegurar a aderência do serviço às necessidades institucionais.

DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.6. A execução do serviço de clipping jornalístico compreenderá o monitoramento contínuo, sistemático e qualificado dos veículos de comunicação definidos neste Termo de Referência, abrangendo mídia online, mídia impressa, mídia eletrônica (rádio) e televisão local, bem como colunas jornalísticas digitais, conforme escopo previamente estabelecido e atualizações que venham a ser demandadas pela Assessoria de Comunicação Social do TCE-RO.

4.7. Compete à contratada realizar o acompanhamento integral da programação jornalística dos veículos monitorados, mantendo-se permanentemente atualizada quanto a alterações de horários, reformulações editoriais, criação de novos programas ou encerramento de atrações, independentemente de comunicação prévia, de modo a assegurar a continuidade e a integralidade da coleta das informações relevantes ao Tribunal.

4.8. O serviço deverá ser disponibilizado por meio de sistema eletrônico próprio, acessível via internet, com atualização contínua ao longo do dia, permitindo o acesso às matérias jornalísticas em, no máximo, uma hora após sua veiculação ou publicação. O sistema deverá possibilitar consulta, visualização, download, impressão e geração de relatórios, bem como ferramentas de busca por palavra-chave, data, período, veículo e tipo de mídia.

4.9. As matérias jornalísticas deverão ser classificadas quanto ao seu impacto institucional, ao menos nas categorias positivo, negativo ou neutro, possibilitando a consolidação de indicadores estatísticos e a geração de gráficos e relatórios analíticos. Sempre que identificada matéria com potencial negativo ou sensível à imagem institucional do TCE-RO, a contratada deverá encaminhar alerta eletrônico imediato aos endereços indicados pela ASCOM, no prazo máximo de uma hora após a veiculação da notícia.

4.10. A coleta das matérias deverá observar as palavras-chave definidas neste Termo de Referência e no Artefato do Termo de Referência – Anexo C – Detalhamento do Serviço, ID SEI nº 1004978, admitindo-se a inclusão ou exclusão de palavras-chave sazonais, conforme orientação da ASCOM/TCE-RO, sem ônus adicional e com aplicação imediata após comunicação formal, preferencialmente por meio eletrônico.

4.11. A contratada deverá empregar técnicas adequadas e compatíveis com as melhores práticas de monitoramento de mídia, assumindo integral responsabilidade pela obtenção, licenciamento e distribuição das informações coletadas, de modo que o TCE-RO não responda, em nenhuma hipótese, por ônus jurídicos ou econômicos decorrentes da ausência de direitos autorais ou licenças necessárias.

4.12. O banco de dados eletrônico deverá possuir capacidade mínima de 300 GB de armazenamento, com disponibilidade permanente durante toda a vigência contratual, assegurando a integridade, rastreabilidade e histórico das informações. Deverão ser disponibilizadas até 60 contas de acesso simultâneo ao sistema, conforme necessidade institucional.

4.13. Durante a vigência do contrato, a contratada deverá garantir suporte técnico contínuo, em horário compatível com o expediente do Tribunal, bem como atendimento em regime de plantão para situações emergenciais. Os chamados da fiscalização contratual deverão ser atendidos no prazo máximo de 24 horas, com solução definitiva das pendências em até 72 horas, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.

4.14. Os arquivos de clipping deverão ser mantidos permanentemente acessíveis no sistema eletrônico e, adicionalmente, fornecidos em mídia física (pen-drive) a cada semestre, sem prejuízo do fornecimento pontual de conjuntos específicos de matérias, sempre que solicitado pela ASCOM/TCE-RO.

4.15. Caso haja indisponibilidade temporária de monitoramento de determinado veículo, a contratada deverá comunicar imediatamente a Administração, promovendo a posterior inclusão das matérias tão logo restabelecido o acesso, de modo a preservar a completude do serviço.

DO RELATÓRIO

4.16. A Contratada deverá encaminhar relatório de clipping jornalístico por meio eletrônico, via e-mail, três vezes ao dia, nos períodos da manhã, tarde e noite. Os relatórios correspondentes aos finais de semana e feriados deverão ser disponibilizados no primeiro dia útil subsequente.

4.17. O relatório deverá conter, para cada item clipado, as seguintes informações: título da matéria, data de veiculação, categoria da mídia (rádio, televisão, jornal ou internet), identificação do veículo e resumo da notícia. Deverá, ainda, ser disponibilizado link que direcione ao conteúdo completo no sistema de banco de dados online. No caso de matérias veiculadas em jornais impressos, deverá ser fornecida cópia do original; para matérias de sites e blogs, deverá ser disponibilizada cópia da página eletrônica; e, para matérias veiculadas em rádio e televisão, deverão ser disponibilizados os respectivos arquivos de áudio e vídeo na íntegra.

4.18. Os arquivos referentes às matérias de jornais impressos e de internet deverão ser disponibilizados com possibilidade de impressão em papel no formato A4.

4.19. O relatório diário deverá conter, adicionalmente, análise resumida dos conteúdos do clipping, de modo a permitir a identificação dos principais focos abordados pela mídia no período analisado.

4.20. O relatório diário deverá, ainda, apresentar resumo estatístico do material rastreado, especificamente das matérias que façam menção ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, suas unidades e integrantes, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

I - gráfico geral com o número total de matérias e o percentual de avaliações positivas, negativas e neutras;

II - gráfico demonstrativo da quantidade de matérias por veículo;

III - e gráfico de avaliação qualitativa das matérias por veículo, indicando, para cada veículo, o número de matérias veiculadas segundo as classificações positiva, negativa ou neutra, tanto em números absolutos quanto em percentuais.

4.21. Até o quinto dia útil do mês subsequente, a Contratada deverá fornecer, por meio eletrônico, relatório mensal contendo a compilação estatística dos dados, conforme explicitado neste tópico e em seus subitens, bem como cópia em mídia digital das matérias rastreadas no respectivo período.

4.22. Sempre que solicitado em caráter de urgência, deverão ser fornecidas cópias das matérias de interesse do TCE-RO em mídia digital, devendo o material ser entregue à Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia no prazo máximo de 24 horas, contado da solicitação.

4.23. Deverá haver indexação e análise dos conteúdos do clipping que permitam identificar os principais focos abordados pela mídia, conforme previsto no item “Indexação e Análise das Notícias Clipadas”.

4.24. A Contratada deverá disponibilizar sistema de estatísticas online que contemple, no mínimo: exposição por tipo de mídia (impressa, rádio, televisão ou web); exposição por veículo; índice de avaliação de exposição (positiva, negativa ou neutra); e índice de exposição na mídia em bases diária, semanal e mensal.

4.25. Para fins de análise, serão consideradas exclusivamente as matérias que cite o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e o Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia, inclusive seus membros, subunidades e programas institucionais, tais como Profaz e Gaepe, por exemplo.

4.26. **A avaliação qualitativa deverá examinar o conteúdo sob a perspectiva de verificar se a notícia auxilia o TCE-RO a ser conhecido pela sua atuação institucional. Serão consideradas como “sim” as notícias avaliadas como positivas ou neutras e como “não” aquelas classificadas como negativas.**

4.27. A análise qualitativa prevista neste tópico deverá abranger exclusivamente os veículos especificados no item 4.1 deste Termo de Referência, compreendendo:

a) tabela com a lista de portais web para análise de mídia online;

b) monitoramento de mídia impressa;

c) lista dos canais de mídia eletrônica – rádio local;

d) monitoramento e análise de televisão local.

4.28. Deverão ser elaboradas estatísticas diárias, semanais e mensais, devendo as estatísticas

diárias ser entregues diariamente em formato eletrônico, as estatísticas semanais às segundas-feiras e as estatísticas mensais até o quinto dia útil do mês subsequente.

OBSERVAÇÕES

4.29. A adjudicação do objeto da presente contratação dar-se-á de forma **una**, em **item único**, uma vez que, embora o serviço compreenda diversas atividades, obrigações operacionais e subtarefas inter-relacionadas, todas elas se integram para a entrega de um **serviço único, indivisível e contínuo**.

4.30. As etapas e componentes que compõem o objeto não possuem autonomia funcional ou utilidade isolada, sendo concebidos para atuar de maneira coordenada e complementar, de modo que a fragmentação da adjudicação comprometeria a coerência da execução, a padronização dos procedimentos e a eficiência do resultado final esperado.

4.31. Dessa forma, a adjudicação em item único assegura a **integralidade da prestação**, a **responsabilização centralizada do contratado** e a adequada consecução dos objetivos da contratação, preservando a qualidade, a confiabilidade e a efetividade do serviço a ser prestado à Administração.

GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO

4.32. Durante toda a vigência contratual, a Contratada deverá assegurar a garantia de funcionamento contínuo do serviço de clipping jornalístico, bem como a prestação de assistência técnica permanente, de modo a garantir a plena disponibilidade, integridade e confiabilidade das informações, sistemas e funcionalidades disponibilizadas ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

4.33. A assistência técnica deverá compreender suporte contínuo, prestado em horário compatível com o expediente do Tribunal, bem como atendimento em regime de plantão para situações emergenciais, especialmente nos casos que possam comprometer o monitoramento da mídia, o acesso ao banco de dados, a disponibilização dos relatórios ou o envio de alertas.

4.34. Os chamados efetuados pela fiscalização contratual deverão ser atendidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento da notificação, devendo a Contratada promover a solução definitiva das pendências no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, salvo nas hipóteses em que haja justificativa técnica devidamente apresentada e aceita pela Administração.

4.35. A garantia e a assistência técnica deverão ser prestadas sem ônus adicional para a Administração, constituindo obrigação inerente ao objeto contratado, e deverão permanecer válidas durante toda a vigência do contrato, inclusive em eventuais prorrogações, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS

4.36. Não se aplica.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.37. A presente contratação observará, no que couber, os princípios e diretrizes de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, considerando a natureza eminentemente **intelectual, tecnológica e digital** do serviço de clipping de matérias jornalísticas.

4.38. Tendo em vista que o objeto envolve predominantemente atividades de monitoramento, captação, tratamento, organização e disponibilização de informações em meios digitais, a sustentabilidade será promovida, prioritariamente, por meio da **redução do consumo de recursos naturais**, da **minimização de resíduos físicos** e da adoção de **processos operacionais ambientalmente responsáveis**. Nesse sentido, a execução do serviço deverá privilegiar o uso de plataformas eletrônicas, sistemas informatizados e envio de relatórios, alertas e conteúdos em formato digital, reduzindo a necessidade de impressões, deslocamentos físicos e consumo de insumos materiais.

I - Como medidas práticas voltadas à mitigação de impactos ambientais decorrentes da execução contratual, deverão ser observados, sempre que aplicável, os seguintes requisitos:

II - priorização de fluxos digitais para entrega de produtos e comunicação entre as partes;

III - racionalização do uso de energia e recursos tecnológicos, com adoção de boas práticas de eficiência operacional em ambientes computacionais;

IV - quando houver necessidade excepcional de uso de mídia física ou impressão, utilização consciente de papel, preferencialmente reciclado ou proveniente de manejo florestal sustentável, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), observando-se as diretrizes de evitar, reduzir, reutilizar e reciclar.

4.39. Dessa forma, os critérios de sustentabilidade aplicáveis à presente contratação concentram-se na **promoção de soluções digitais**, na **redução de impactos ambientais indiretos** e no estímulo a práticas compatíveis com a natureza do serviço, contribuindo para uma contratação pública mais eficiente, responsável e alinhada às políticas ambientais vigentes.

ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO COMUM

4.40. O objeto da presente contratação enquadra-se como **serviço comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, uma vez que se trata de prestação cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser **objetivamente definidos** no Termo de Referência, por meio de especificações usuais, claras e amplamente praticadas no mercado.

4.41. O serviço de clipping de matérias jornalísticas, compreendendo o monitoramento, a captação, a seleção, a compilação, a organização e o envio de conteúdos veiculados em mídias impressa, eletrônica e digital, não demanda soluções intelectuais singulares, metodologias exclusivas ou avaliação subjetiva complexa, sendo executado por diversas empresas especializadas com técnicas padronizadas e resultados mensuráveis, tais como periodicidade de entrega, abrangência das fontes, critérios de classificação e formatos de disponibilização das informações.

4.42. Dessa forma, a contratação admite julgamento objetivo, com base em requisitos previamente definidos e verificáveis, não havendo variações qualitativas relevantes que inviabilizem a comparação entre as propostas apresentadas pelos licitantes. A natureza do serviço permite, portanto, a adoção de procedimento licitatório compatível com a contratação de serviços comuns, sem prejuízo à eficiência, à qualidade da execução ou ao atendimento do interesse público.

4.43. Adicionalmente, em atendimento ao disposto no art. 20 da Lei nº 14.133/2021, registra-se que o objeto não se caracteriza como serviço de luxo, por não possuir atributos de ostentação, requinte excessivo ou características supérfluas dissociadas de sua finalidade institucional, limitando-se estritamente ao atendimento das necessidades informacionais e estratégicas da Administração Pública.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.44. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), devido ao baixo valor global da contratação.

INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

4.45. Não haverá indicação de marca para a presente contratação.

DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.46. Não haverá vedação de marca para a presente contratação.

DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

- 4.47. Não se aplica.

DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

- 4.48. Não haverá exigência de carta de solidariedade para a presente contratação.

SUBCONTRATAÇÃO

- 4.49. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, pois a subcontratação poderia comprometer a padronização metodológica, a tempestividade e a responsabilidade única sobre alertas sensíveis.

5. METODOLOGIA DE ENTREGA/EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO - LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

LOCAL, HORÁRIO E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

- 5.1. A execução do objeto desta contratação observará a natureza dos produtos e serviços a serem entregues, distinguindo-se, para fins operacionais, entre entregas realizadas por meio digital e eventuais entregas de arquivos em mídia física.
- 5.2. Todos os materiais, conteúdos, relatórios, alertas, links de acesso, arquivos digitais e demais produtos decorrentes da execução do serviço de clipping jornalístico que demandem envio por meio eletrônico deverão ser encaminhados ao endereço institucional da Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, qual seja, ascom@tce.ro.gov.br, no horário compreendido entre 7h30 e 13h30, de segunda a sexta-feira, observadas as demandas específicas e os prazos definidos no item (Da Execução do Serviço) e no item (Do Relatório) deste Termo de Referência
- 5.3. Nas hipóteses excepcionais em que se fizer necessário o envio de arquivos em mídia física, quando e se demandado no âmbito da execução contratual, os materiais objeto desta contratação deverão ser entregues na sede do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, localizada no bairro Olaria, no município de Porto Velho/RO, CEP 76801-320, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 13h. A entrega de materiais em formato físico deverá ocorrer mediante agendamento prévio, a ser solicitado pela Contratada por meio do endereço eletrônico ascom@tce.ro.gov.br, observadas as orientações da Assessoria de Comunicação Social quanto ao recebimento e conferência dos materiais.

PRAZOS DE ENTREGA

- 5.4. O prazo de entrega e disponibilização dos produtos e serviços decorrentes da presente contratação observará a natureza contínua do objeto, que consiste na prestação permanente do serviço de clipping jornalístico, a ser executado durante **toda a vigência contratual**.
- 5.5. A disponibilização das matérias monitoradas no sistema eletrônico de banco de dados deverá ocorrer de forma contínua, com atualização ao longo do dia, assegurando que os conteúdos sejam incluídos no sistema no prazo máximo de **1 (uma) hora** após a respectiva veiculação ou publicação, conforme previsto no item 4.7 (Da Execução do Serviço).
- 5.6. Os alertas relativos à publicação de matérias com potencial impacto negativo à imagem institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia deverão ser encaminhados por meio eletrônico no prazo máximo de **1 (uma) hora** após a veiculação da notícia, observadas as condições operacionais estabelecidas neste Termo de Referência.
- 5.7. Os relatórios diários de clipping deverão ser entregues **três vezes ao dia**, nos períodos da **manhã, tarde e noite**. Os relatórios referentes aos **finais de semana e feriados** deverão ser disponibilizados no **primeiro dia útil subsequente**, conforme disposto no item (Do Relatório).
- 5.8. O relatório mensal consolidado, contendo a compilação estatística dos dados e a cópia digital das matérias rastreadas no período, deverá ser entregue até o **5º (quinto) dia útil do mês**

subsequente, observado o formato e o conteúdo definidos neste Termo de Referência.

5.9. As estatísticas deverão ser elaboradas e entregues conforme a seguinte periodicidade:

- a) as estatísticas **diárias**, com disponibilização **diária**, em formato eletrônico;
- b) as estatísticas **semanais**, com entrega às **segundas-feiras**;
- c) e as estatísticas **mensais**, com entrega até o **5º (quinto) dia útil do mês subsequente**.

5.10. Nas hipóteses de fornecimento de arquivos em mídia física, quando e se demandado, os materiais deverão ser entregues conforme **agendamento prévio**, observados o local e o horário definidos no tópico “Local, Horário e Condições de Entrega ou Execução”.

5.11. Os prazos para atendimento dos chamados da fiscalização contratual e para a solução de eventuais pendências técnicas observarão o disposto no tópico “Garantia e Assistência Técnica do Objeto”, devendo os chamados ser atendidos no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, com solução definitiva das pendências em até **72 (setenta e duas) horas**, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.

CONVOCAÇÃO DO FORNECEDOR

5.12. A comunicação será realizada preferencialmente via e-mail (informado pela empresa em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo da Ordem de Serviços, se for o caso, para assinatura via sistema SEI!. Através do mesmo endereço eletrônico, o TCE-RO enviará as comunicações necessárias durante a execução do objeto.

5.13. A devolução da Ordem de Serviços devidamente assinada será no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar da data de confirmação do recebimento do comunicado e-mail. No caso de empresas fora do Estado de Rondônia, somente em último caso será utilizado o sistema postal físico (Correios), nesta situação o prazo de 3 (três) dias úteis será para realizar a postagem da documentação, sendo excluído da contagem de prazo os dias necessários para o Correios entregarem a postagem.

5.14. A recusa da empresa em formalizar a contratação no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracterizar-se-á como inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-a aplicação de penalidades na forma prevista neste documento.

RECEBIMENTO DO OBJETO

5.15. Em conformidade com a Lei Geral de Licitações e os Regulamentos internos deste TCE-RO, o objeto será recebido provisória e definitivamente mediante a emissão de Termos de Recebimento eletrônicos (via SEI), após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo servidor designado como fiscal.

5.16. O objeto contratado, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência, será recebido da seguinte forma:

- a) **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- b) **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento provisório;

5.17. Constatada qualquer irregularidade, o objeto poderá ser rejeito no todo ou em parte, e a empresa será, devidamente comunicada, por escrito, terá o prazo de **5 dias úteis**, a partir da notificação, para fazer a substituição/regularização necessária, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência e legislação vigente. Nesse caso, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

5.18. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois

de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral, bem como a aplicação de penalidades, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

5.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia realizará o pagamento, mediante a apresentação da nota fiscal, com aceite do servidor/comissão designado como fiscal da contratação, da importância correspondente ao fornecimento efetuado, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade, conforme dispõe a RESOLUÇÃO N. 383/2023/TCE-RO.

6.2. O prazo para pagamento poderá ser realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.

6.3. Todas as notas fiscais emitidas deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da Nota de Empenho correspondente.

6.4. A nota fiscal que não estiver de acordo com o estabelecido no edital não será aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e será devolvida para as necessárias correções, oportunidade em que será sobrestado o processo de pagamento até que sejam corrigidos os problemas apontados.

6.5. A devolução da nota fiscal não aprovada por este Tribunal de Contas do Estado de Rondônia em hipótese alguma servirá de pretexto para suspensão de quaisquer fornecimentos.

6.6. Forma de pagamento será **mensal, na proporção de 1/12 avos do valor total adjudicado na licitação** - por se tratar de contratação para 12 meses.

6.6.1. Em havendo prorrogação por período superior e/ou inferior a este, o cálculo do valor mensal será feito tomando como base a quantidade de meses da nova vigência acordada.

6.7. As propostas apresentadas devem observar o princípio da anualidade.

7. REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. O pedido de reajuste do contrato deverá ser instruído com planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

7.2.2. Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.

7.7. Os reajustes a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão temporal com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado.

8. PENALIDADES

8.1. À contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas na [Lei n. 14.133/2021](#) e nos termos da [Resolução n. 382/2023/TCE-RO](#) e demais normas cogentes, sem prejuízo das multas e demais ocorrências previstas no termo de referência, termo de contrato e/ou ordem de fornecimento/serviço. Dentre as penalidades, tem-se:

- I - Advertência;
- II - Multa moratória;
- III - Multa contratual;
- IV - Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 3 (três) anos; e
- V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

8.2. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

8.4. O percentual da multa moratória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem excederá 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato. O seu valor será calculado em percentual sobre o valor da parcela em mora, e incidirá por dia de atraso, sob limites proporcionais ao prazo fixado para cumprimento da obrigação no instrumento convocatório ou contratual, de acordo com as gradações descritas na tabela a seguir:

8.5.

Prazo de cumprimento da obrigação	Percentual máximo de multa diária	Valor máximo de multa diária
Até 10 dias	1%	R\$ 1.000,00
entre 11 e 30 dias	0,82%	
entre 31 e 45 dias	0,71%	
entre 46 e 60 dias	0,65%	
a partir de 61 dias	0,50%	

Quadro 4: Limites para aplicação de multa moratória

8.6. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.

9. HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

9.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;

9.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.

9.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.6. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.7. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.8. Regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social – INSS), dentro da validade;

9.9. Regularidade perante a Fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro

da validade;

9.11. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizada;

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Justificativa para a exigência de qualificação econômico-financeira

9.12. A qualificação econômico-financeira exigida nesta contratação foi definida com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, buscando um equilíbrio entre a segurança para a Administração e a ampliação da competitividade.

9.13. Nesse sentido, a exigência da Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial é mantida como critério indispensável, pois comprova a regularidade jurídica e a viabilidade operacional mínima da empresa para cumprir com suas obrigações contratuais, mitigando o risco fundamental de insolvência.

9.14. Por outro lado, opta-se pela não exigência de Balanço Patrimonial e demais índices contábeis, considerando que a natureza do objeto (fornecimento de bens de consumo), o baixo valor da contratação e a modalidade de entrega parcelada sob demanda reduzem significativamente os riscos para a Administração. A dispensa de tais documentos torna o certame mais acessível, especialmente para empresas de menor porte, sem comprometer a segurança da contratação, alinhando-se assim ao princípio da eficiência.

Documentação Exigida:

9.15. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial - [Lei n. 11.101/05](#), expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste prazo de validade;

9.16. Será admitida a participação de empresa em recuperação judicial já deferida, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Da justificativa para a NÃO comprovação de qualificação técnica

9.17. Não será exigida a apresentação de documentos de qualificação técnica para esta contratação.

9.18. A dispensa se justifica pela baixa complexidade do objeto, que se trata do fornecimento de bens de consumo comuns e de fácil execução. A qualidade e a adequação dos produtos serão asseguradas pelo estrito cumprimento das especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência e pela aprovação de protótipos, um mecanismo de controle que mitiga eficazmente os riscos de execução.

9.19. A exigência de atestados seria, portanto, uma medida desproporcional e restritiva à competitividade, em desacordo com o princípio da busca pela proposta mais vantajosa.

DECLARAÇÕES LEGAIS

9.20. Declaração de inexistência de impedimento à contratação com o poder público;

9.21. Declaração de beneficiário da lei complementar 123/2006 (se for o caso);

9.22. Declaração de conhecimento e concordância dos termos do edital (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I);

9.23. Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos (Lei nº

14.133/21, art. 63, § 1º);

9.24. Declaração de reserva de cargos (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII);

9.25. Declaração de não emprego de trabalho desumano ou degradante (CF 88, art. 1º, III e IV c/c art. 5º, III);

9.26. Declaração de inexistência de fato superveniente para contratação.

9.27. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

9.28. **Declaração padronizada de inexistência de vínculo com o TCE/RO** (Conforme Artefato de Termo de Referência - Anexo B - Modelo de Declarações (1004975)).

10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização será exercida por:

Função	Nome Servidor	Matrícula	Telefone	E-mail institucional
Fiscal	Ney Luiz Santana	443	69 99243- 2851	443@tce.ro.gov.br
Suplente	Francisco Carlos Almeida Lemos	990699	69 99981- 1743	990699@tce.ro.gov.br

Quadro 5: Equipe de fiscalização

10.2. Na fiscalização e acompanhamento da execução contratual, o fiscal atenderá as disposições constantes da Lei Geral de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e Regulamentos internos deste TCE-RO.

10.3. Compete ao Fiscal/Comissão de fiscalização:

- a) zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
- b) verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;
- c) acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e
- d) indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

10.4. A fiscalização anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

10.5. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução.

11. PRAZOS

11.1. **Prazo de vigência do contrato:** O contrato terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, podendo ser prorrogado na forma

dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. **Prazo para início da execução dos serviços:** A execução dos serviços deverá ser iniciada após a formalização contratual e a convocação do fornecedor, observado o prazo máximo de **até 5 (cinco) dias úteis** a contar da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviços, se houver.

11.3. **Prazo de execução dos serviços:** Os serviços serão executados de forma **contínua e permanente**, durante toda a vigência contratual, compreendendo o monitoramento, captação, classificação, organização, armazenamento e disponibilização das matérias jornalísticas.

11.4. **Prazo para disponibilização das matérias monitoradas:** As matérias jornalísticas identificadas deverão ser disponibilizadas no sistema eletrônico de banco de dados de forma contínua, com atualização ao longo do dia, observando-se o prazo máximo de **1 (uma) hora após a respectiva veiculação ou publicação**.

11.5. **Prazo para envio de alertas de matérias sensíveis:** Os alertas relativos à publicação de matérias com potencial impacto negativo à imagem institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia deverão ser encaminhados por meio eletrônico no prazo máximo de **1 (uma) hora após a veiculação da notícia**.

11.6. **Prazo para entrega dos relatórios diários de clipping:** Os relatórios diários de clipping deverão ser entregues **três vezes ao dia**, nos períodos da manhã, tarde e noite. Os relatórios correspondentes aos finais de semana e feriados deverão ser disponibilizados **no primeiro dia útil subsequente**.

11.7. **Prazo para entrega das estatísticas de acompanhamento-** As estatísticas do serviço deverão ser elaboradas e entregues conforme a seguinte periodicidade:

- I - **Estatísticas diárias:** disponibilização diária, em formato eletrônico;
- II - **Estatísticas semanais:** entrega às **segundas-feiras**;
- III - **Estatísticas mensais:** entrega até o **5º (quinto) dia útil do mês subsequente**.

11.8. **Prazo para entrega do relatório mensal consolidado:** O relatório mensal consolidado, contendo a compilação estatística dos dados e a cópia digital das matérias rastreadas no período, deverá ser entregue até o **5º (quinto) dia útil do mês subsequente** ao da prestação dos serviços.

11.9. **Prazo para atendimento de chamados e correção de pendências:** Os chamados formalizados pela fiscalização contratual deverão ser atendidos no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, com a solução definitiva das pendências técnicas em até **72 (setenta e duas) horas**, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.

12. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor orçado para a contratação constará de Quadro Resumo de Preços elaborado pela Divisão de Licitações e Contratações - DLC, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta a contratos e atas de registro de preços firmados por órgãos públicos, disponibilizados em suas páginas na internet ou em bancos de preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa decorrente de eventual contratação está prevista no **Plano Anual de Contratações – PAC 2026**, sob o **Item 082.050.PAC.2026**, referente à **contratação de serviço de clipping de matérias jornalísticas**.

13.2. A contratação correrá por conta dos recursos consignados ao **Tribunal de Contas do Estado de Rondônia**, pela **Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia**, conforme a seguinte classificação orçamentária: **Ação Programática 01.122.1265.2981 – Gerir as atividades de natureza administrativa, Elemento de Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**.

13.3. As despesas relativas ao exercício subsequente ou aos exercícios subsequentes, na hipótese de prorrogação contratual, estarão condicionadas à existência de dotação orçamentária própria prevista

para atendimento da presente finalidade, por conta dos recursos consignados ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia na respectiva Lei Orçamentária Anual, em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021 e às normas orçamentárias vigentes.

14. PREVISÃO DE FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. Será declarada a proposta vencedora aquela que preencher as exigências de especificação deste Termo de Referência e melhor classificada segundo o critério de julgamento eleito.

14.2. Os preços unitários e totais devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (sendo as demais desprezadas), em algarismos e por extenso.

14.3. Poderão ser desclassificadas as propostas que apresentem irregularidades, a exemplo de:

I. Cotação de objeto diverso;

II. Condições que contrariem as exigências deste certame ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente;

III. Proposta alternativa ou que não atenda aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

IV. Irregularidades ou defeitos que prejudiquem o julgamento objetivo por parte do pregoeiro;

V. Proposta de valor excessivo, manifestamente inexequível ou omissa;

VI. Proposta definitiva e/ou documentos complementares não enviados no prazo estabelecido pelo pregoeiro.

15. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS, CONSÓRCIOS E PESSOAS FÍSICAS DAS COOPERATIVAS

15.1. Fica vedada a participação de cooperativas, em atenção ao disposto no art. 16 da Lei Federal 14.133/2021.

15.2. A vedação à participação de cooperativas encontra respaldo técnico-jurídico na própria Lei nº 12.690/2012 e nos princípios que regem a contratação pública, na medida em que tal norma impõe requisitos específicos para a celebração de contratos com cooperativas, buscando assegurar a efetiva natureza cooperativista e a observância de requisitos formais e substantivos. Quando o objeto da contratação exige estrutura organizacional estável, continuidade de fornecimento, equipe dedicada e cumprimento de obrigações fiscais e contratuais, a utilização de cooperativas pode comprometer a clareza na apuração de responsabilidades, a exigibilidade de garantias e a adequada fiscalização do contrato, além de introduzir riscos à isonomia competitiva caso não estejam presentes salvaguardas que comprovem sua regularidade e independência. Na ausência de comprovação robusta do enquadramento cooperativista previsto na legislação, revela-se legítima e proporcional a vedação à participação, como medida destinada a resguardar a eficiência, a economicidade e a segurança jurídica da contratação pública, bem como a garantir a prestação do serviço com os padrões de qualidade e desempenho exigidos.

DAS EMPRESAS EM REGIME DE CONSÓRCIO

15.3. Fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista o objeto da contratação não ser de grande porte, complexo tecnicamente e tampouco operacionalmente inviável de ser executado por apenas uma empresa, não sendo o caso de aplicação do disposto no artigo 15 da Lei Federal 14.133/2021.

15.4. A vedação à participação sob a forma de consórcio encontra plena justificativa técnica e jurídica no fato de o objeto da contratação não apresentar porte, complexidade técnica ou inviabilidade operacional que exija a conjugação de esforços de mais de uma pessoa jurídica, de modo que a solução contratual pode ser adequadamente atendida por um executor singular. Permitir consórcios em situações dessa natureza seria desproporcional e contrária aos princípios da eficiência e da economicidade que

norteiam a contratação pública, por acarretar maior complexidade na gestão contratual, dificuldade na atribuição objetiva de responsabilidades e na fiscalização do cumprimento das obrigações, bem como aumento de custos transacionais para a Administração. Além disso, a restrição evita riscos associados à fragmentação de responsabilidades entre consorciadas, à eventual insuficiência de garantias individuais e à criação de arranjos societários ad hoc que possam distorcer a competição ou dificultar a responsabilização em caso de inadimplemento. Em face disso, e considerando que não se verificam os pressupostos para aplicação do disposto no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, a vedação à formação de consórcios mostra-se proporcional, razoável e alinhada à tutela dos princípios e interesses públicos subjacentes ao procedimento licitatório.

DAS PESSOAS FÍSICAS

15.5. Fica vedada a participação de pessoas físicas, uma vez que a presente contratação exige estrutura mínima e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto. A restrição à participação somente de empresas formalmente constituídas tem o condão de otimizar os recursos públicos e garantir que a prestação do serviço seja realizada atendendo aos padrões de qualidade e aos prazos estabelecidos.

15.6. A vedação à participação de pessoas físicas encontra-se tecnicamente justificada pela exigência objetiva de estrutura mínima e de corpo técnico especializado imprescindíveis à adequada execução do objeto, circunstância que impõe capacidade organizacional, administrativa e financeiro-contábil típicas de pessoa jurídica formalmente constituída. Exigir a qualificação empresarial permite à Administração Pública mitigar riscos contratuais, além de facilitar a exigibilidade de garantias, a emissão regular de documentos fiscais e a aferição de capacidade técnica por meio de atestados e comprovações de experiência. A restrição, portanto, revela-se proporcional e necessária para preservar os princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica, garantindo continuidade do serviço, qualidade técnica e cumprimento de prazos, bem como simplificando a fiscalização e a responsabilização administrativa e civil em caso de inadimplemento.

16. FORMA DE ADJUDICAÇÃO

16.1. O critério de julgamento a ser adotado será o de **menor preço global**.

16.2. A adjudicação do objeto dar-se-á de forma **global**, considerando que o serviço de clipping jornalístico constitui um **conjunto integrado, contínuo e indissociável de atividades**, compreendendo o monitoramento, a captação, a seleção, a compilação, a classificação e a disponibilização de matérias jornalísticas em mídias impressa, eletrônica e digital, bem como o envio de alertas, relatórios e acesso a banco de dados, cujo desempenho adequado depende da execução coordenada e simultânea de todas essas etapas por um único fornecedor.

16.3. O regime de execução da presente contratação será o de **empreitada por preço global**.

16.4. Trata-se de **serviço contínuo**, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto consiste na prestação permanente e regular de serviços de clipping jornalístico, indispensáveis ao acompanhamento sistemático da imagem institucional e das matérias de interesse do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, ao longo da vigência contratual.

17. OBRIGAÇÕES (DEVERES) DAS PARTES

17.1. As obrigações (deveres) da licitante/contratada e da contratante estão elencadas no Anexo A - Obrigação das partes (1004973) deste Termo de Referência.

18. INEXECUÇÃO E EXTINÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

18.1. A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.2. O descumprimento, por parte da vencedora da licitação, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a este Tribunal de Contas do Estado de Rondônia o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

18.3. O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a vencedora da licitação à multa contratual de até 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da vencedora da licitação, independentemente de outras penalidades.

18.4. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Reserva-se à Administração o direito de convocar o licitante para atualizar/complementar as informações apresentadas, para efeito de julgamento da aceitabilidade da proposta.

19.2. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de correio eletrônico corporativo, reputando-se válidas as enviadas em correio eletrônico (*e-mail*) incluído na proposta ou documentos apresentados pela empresa.

19.3. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

19.4. Devem ser respeitadas, quando do deslocamento às instalações do TCE-RO e da consulta ao processo administrativo, as regras de conduta prescritas pela Resolução nº 90/2012 – Plano de Segurança Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, e pela Resolução nº 93/2012 – Regulamenta o acesso a informações e a aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Não existem condições especiais aplicadas ao objeto.

19.5. O contratado que de alguma forma contribua para pôr em risco a legalidade, lisura e transparência dos certames licitatórios do Tribunal, com condutas comissivas ou omissivas, ficará sujeito às mais graves sanções administrativas previstas no contrato, sujeitando-se ainda às demais cominações legais e não se afastando a possibilidade de arcar com perdas e danos que esta Corte venha a sofrer.

20. ANEXOS

20.1. Compõem o presente Termo de Referência os seguintes anexos:

- a) **ANEXO A** - Obrigação das Partes (1004973);
- b) **ANEXO B** - Modelos de Declarações (1004975);
- c) **ANEXO C** - Detalhamento do Serviço (1004978).



Documento assinado eletronicamente por **NEY LUIZ SANTANA**, **Analista**, em 04/03/2026, às 12:05, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **WENDELL RODRIGUES DA SILVA, Chefe**, em 04/03/2026, às 12:07, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **Melquisedeque de Jesus Silva, Assessor(a) I**, em 04/03/2026, às 14:21, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tcerro.tc.br/validar>, informando o código verificador **1002862** e o código CRC **2B9F781A**.

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90008/2026/TCE-RO
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

Constitui o Anexo I do presente edital o Termo de Referência e seus anexos, conforme documentos transcritos abaixo:

- Termo de Referência (1055403);
- Anexo A - Obrigação das Partes (1004973);
- Anexo B - Modelos de Declarações (1004975);
- Anexo C - Detalhamento do Serviço (1004978);
- Mapa de Risco (1000154);



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA LARISSA FREITAS DOS SANTOS**, Técnico(a) Administrativo, em 08/06/2026, às 12:52, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1061254** e o código CRC **CD573ED2**.

Referência: Processo nº 000830/2026

SEI nº 1061254

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone:
6932119135 - www.tzero.tc.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 000830/2026

1. UNIDADE REQUISITANTE

1.1. A unidade requisitante da presente contratação é a Assessoria de Comunicação Social - ASCOM do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO.

2. OBJETO

2.1. **Contratação de serviço de *clipping* de matérias jornalísticas**, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

2.2. Entende-se por clipping o monitoramento, captação, seleção, compilação e organização de matérias jornalísticas que façam referência a indexadores previamente definidos, publicadas em mídia impressa (jornais e revistas), eletrônica (rádio e televisão) e online (sites, blogs e plataformas congêneres), com disponibilização em banco de dados, classificação de conteúdo e remessa de avisos e inteiro teor por meio eletrônico.

2.3. O prazo inicial de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no exercício de sua missão institucional de fiscalizar a gestão dos recursos públicos e promover o aprimoramento da Administração Pública, necessita manter comunicação contínua, estratégica e eficiente com a sociedade, assegurando transparência, credibilidade e adequada divulgação de suas ações, decisões e posicionamentos.

3.2. Nesse contexto, o serviço de clipping de matérias jornalísticas constitui ferramenta essencial de apoio à gestão da comunicação institucional, ao possibilitar o monitoramento sistemático, a captação, a seleção, a compilação e a organização de matérias veiculadas nos diversos meios de comunicação impressos, eletrônicos e digitais que façam referência ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a seus membros, agentes públicos e às temáticas afetas ao controle externo e à Administração Pública.

3.3. A utilização contínua desse serviço permite mensurar, de forma qualificada, a percepção da imagem institucional do TCE-RO perante a opinião pública, a partir da análise da repercussão midiática, viabilizando a adoção de estratégias de comunicação mais eficazes, direcionadas aos diversos públicos de interesse e, quando necessário, o reposicionamento institucional perante a sociedade.

3.4. O serviço de clipping subsidia, ainda, a atuação da Assessoria de Comunicação Social na identificação de pautas estratégicas, no planejamento e na execução de ações comunicacionais e na produção de conteúdos institucionais alinhados à missão da Corte, ao transformar informações dispersas em dados organizados, analisáveis e úteis à tomada de decisão.

3.5. O monitoramento permanente das mídias possibilita atuação preventiva e tempestiva na gestão de crises de imagem, por meio da identificação antecipada de matérias, publicações e comentários de natureza positiva, negativa ou neutra. A detecção precoce dessas ocorrências contribui para respostas mais rápidas e eficazes, mitigando riscos à imagem institucional e fortalecendo a confiança da sociedade no Tribunal.

3.6. O material produzido e disponibilizado pelo serviço de clipping serve como subsídio técnico à execução dos planos e estratégias de comunicação institucional, sendo analisado pela ASCOM e utilizado como base para avaliação de resultados, aprimoramento contínuo das ações comunicacionais e suporte às decisões da alta gestão, com disponibilização do conteúdo aos membros e gestores da Corte.

3.7. Ressalta-se que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia possui histórico consolidado de utilização do serviço de clipping jornalístico, o qual se revela indispensável ao funcionamento das rotinas da Assessoria de Comunicação Social e ao atendimento das demandas informacionais institucionais. Atualmente, encontra-se vigente o Contrato nº 16/2021 (0321281), celebrado com a empresa Eficaz Assessoria em Comunicação Ltda, com vigência iniciada em 04 de agosto de 2021 e término previsto para 03 de agosto de 2026.

3.8. A proximidade do encerramento da vigência contratual impõe a necessidade de planejamento antecipado da nova contratação, de modo a evitar a descontinuidade de um serviço essencial. Eventual interrupção comprometeria o monitoramento sistemático da imagem institucional, a resposta tempestiva às demandas da mídia e a efetividade das estratégias de comunicação adotadas pelo Tribunal.

3.9. Embora o TCE-RO realize atividades internas de acompanhamento de notícias, tal atuação limita-se, em grande parte, a meios digitais específicos, não abrangendo de forma integral e sistematizada outros canais relevantes, como rádio e televisão. A presente contratação visa conferir maior robustez, alcance e efetividade ao serviço, ampliando a cobertura midiática e assegurando maior profundidade na análise dos indicadores relacionados à imagem institucional.

3.10. Dessa forma, a contratação do serviço de clipping mostra-se necessária e adequada para garantir a continuidade administrativa de atividade essencial, fortalecer a visibilidade institucional do TCE-RO, otimizar o uso dos recursos humanos e técnicos disponíveis, apoiar a formulação e execução das políticas e planos de comunicação e aprimorar a relação da Instituição com a sociedade, em consonância com os princípios da eficiência, da transparência e do interesse público, bem como com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE SOLICITADA

3.11. A presente contratação refere-se à prestação do serviço de clipping de matérias jornalísticas, o qual, embora possa apresentar pormenorização interna em etapas operacionais, tais como monitoramento, captação, seleção, compilação, classificação, organização em banco de dados e envio eletrônico de conteúdos, configura-se como um serviço único, contínuo e integrado, cuja finalidade é o acompanhamento sistemático das menções institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia nos diversos meios de comunicação.

3.12. Ressalte-se que tais etapas não possuem autonomia funcional ou econômica, sendo interdependentes e indissociáveis, de modo que a fragmentação do objeto ou a quantificação individualizada de cada fase não refletiria a natureza real do serviço prestado. Assim, a quantificação da contratação se dá de forma global, correspondente à execução contínua do serviço de clipping, durante o período de vigência contratual, e não por volumes ou unidades isoladas de entrega.

3.13. O modelo ora adotado encontra respaldo no Processo SEI nº 002637/2021, que originou o Contrato nº 16/2021 (0321281), celebrado com a empresa Eficaz Assessoria em Comunicação Ltda., cuja vigência iniciou-se em 04/08/2021 e encerrar-se-á em 03/08/2026, contrato este que permanece vigente e em plena execução, demonstrando a adequação técnica e operacional do formato de contratação por serviço contínuo e integrado.

3.14. Dessa forma, a quantidade solicitada mostra-se compatível com a natureza do objeto, com o histórico contratual da Administração e com a necessidade permanente de monitoramento da mídia, assegurando a continuidade do acompanhamento institucional, a organização das informações e o suporte

às atividades de comunicação e gestão do Tribunal.

3.15. Frisa-se, que, a ilustração explicitada a seguir deriva uma única entrega, que conforme a supracitada elucidação, são etapas que compõe um único serviço, o de *Clipping*, conforme segue:

Item	Unidade	Título da etapa/serviço	Descrição exemplificativa
Serviço de Clipping de Matérias Jornalísticas	1	Monitoramento sistemático e contínuo da mídia	Realização de monitoramento permanente, estruturado e ininterrupto dos veículos de comunicação impressos, eletrônicos e digitais, por meio de ferramentas especializadas e critérios previamente definidos, contemplando a identificação de menções institucionais diretas e indiretas ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, bem como temas correlatos de interesse institucional.
		Captação e coleta integral de conteúdos jornalísticos	Captação, coleta e preservação do inteiro teor das matérias jornalísticas identificadas no monitoramento, incluindo textos, imagens, áudios e vídeos, assegurando a fidelidade das informações, a identificação do veículo, data de publicação, autoria, alcance e demais metadados relevantes.
		Tratamento técnico e extração de informações	Tratamento técnico dos conteúdos coletados, compreendendo a extração de dados relevantes, padronização das informações, organização estrutural dos registros e adequação dos formatos para fins de armazenamento, consulta e disseminação institucional.
		Classificação temática, indexação e catalogação	Classificação das matérias segundo critérios temáticos, institucionais e técnicos, com indexação por palavras-chave, assunto, data, veículo, tipo de mídia e, quando aplicável, avaliação de tonalidade do conteúdo, promovendo a catalogação em banco de dados estruturado, organizado e pesquisável.
		Disponibilização, consolidação e envio ao Tribunal	Disponibilização das informações ao Tribunal por meio de ambiente eletrônico, boletins informativos, alertas automáticos e envio do conteúdo integral, observada a periodicidade definida contratualmente, garantindo tempestividade, confiabilidade e acesso facilitado às informações.
		Gestão, manutenção de histórico e rastreabilidade	Gestão e manutenção de banco de dados histórico contendo o acervo completo das matérias monitoradas durante a vigência contratual, assegurando rastreabilidade, integridade das informações, possibilidade de auditoria, extração de relatórios gerenciais e consultas retroativas.

Quadro 1: Descrição exemplificativa do serviço.

3.16. As etapas descritas na tabela acima representam uma estrutura operacional mínima e referencial do serviço de clipping de matérias jornalísticas, tendo por finalidade evidenciar, de forma didática, os principais componentes que integram a execução do objeto. Trata-se de uma representação sintética do serviço, não exaustiva, que visa assegurar a compreensão da lógica operacional envolvida, sem pretensão de esgotar todas as atividades técnicas eventualmente empregadas pelas empresas especializadas.

3.17. Ressalte-se que as empresas interessadas poderão adotar etapas adicionais, procedimentos complementares, fluxos internos distintos ou soluções tecnológicas próprias, desde que tais incrementos operacionais não descaracterizem o objeto, não comprometam a uniformidade da prestação do serviço e se mantenham compatíveis com as exigências técnicas estabelecidas neste Termo de Referência. Em

qualquer hipótese, não será admitida a supressão das etapas mínimas descritas, sob pena de comprometimento da eficiência, da continuidade e da qualidade do serviço contratado.

3.18. Destaca-se, ainda, que a contratada possui liberdade técnica quanto à utilização de softwares, ferramentas tecnológicas, métodos de curadoria, automação de processos e organização interna de suas rotinas operacionais, cabendo-lhe a escolha dos meios mais adequados para o fiel cumprimento do objeto. Tal liberdade, contudo, não afasta a obrigação de observância integral aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, tampouco exime a contratada da responsabilidade pelos resultados esperados.

3.19. Por fim, esclarece-se que as escolhas técnicas e operacionais adotadas pela contratada, inclusive aquelas relacionadas a soluções tecnológicas, sistemas de monitoramento ou métodos de curadoria de conteúdo, não deverão, em nenhuma hipótese, refletir em majoração de custos para a Administração, devendo os preços ofertados contemplar todos os recursos necessários à plena execução do serviço, nos termos das condições estabelecidas neste instrumento.

CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

3.20. A presente contratação encontra-se em total consonância com o **Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – ciclo 2024–2028**, especialmente no que se refere às estratégias e iniciativas voltadas à área de Comunicação Institucional. O serviço de clipping de matérias jornalísticas constitui instrumento essencial para o acompanhamento sistemático da imagem institucional, da repercussão das ações do Tribunal e da identificação tempestiva de riscos reputacionais, contribuindo para uma atuação preventiva, planejada e alinhada aos objetivos estratégicos da Administração.

3.21. Nesse contexto, a contratação guarda aderência direta ao **Eixo B – 5, que trata de “Estruturar mecanismos de gerenciamento de riscos de processos e de conduta, com vistas a fortalecer a integridade institucional”**, uma vez que o monitoramento contínuo da mídia permite identificar, analisar e responder de forma célere a conteúdos sensíveis, críticas, informações distorcidas ou temas de relevância institucional, fortalecendo a governança, a transparência e a integridade do Tribunal.

3.22. A iniciativa também se alinha ao **Plano de Gestão 2026–2027, especialmente à macro diretriz “Controle Externo Orientado por Dados”**, considerando que o serviço de clipping viabiliza a coleta, organização e disponibilização de dados qualificados provenientes da mídia, os quais subsidiam decisões mais assertivas, análises estratégicas e a construção de modelos de acompanhamento e resposta institucional. Tal abordagem reforça a cultura organizacional data-driven, potencializando o uso estruturado da informação no âmbito da comunicação e da gestão.

3.23. Por fim, a contratação encontra-se devidamente priorizada no planejamento das aquisições da Administração, estando prevista no **Plano Anual de Contratações – PAC 2026 sob o item 082.050.PAC.2026**, o que evidencia o alinhamento entre a necessidade identificada pela Assessoria de Comunicação Social – ASCOM, o planejamento estratégico institucional e a programação das despesas, assegurando coerência, racionalidade e previsibilidade à execução da contratação.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO / QUADRO RESUMO / REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

DETALHAMENTO DO OBJETO E QUADRO RESUMO

4.1. Os serviços descritos neste Termo de Referência, deve atender às especificações técnicas, quantitativos e diretrizes constantes no Id. (1004978) no Artefato do Termo de Referência - Anexo C - Detalhamento do Serviço, constituindo requisito obrigatório para o adequado atendimento das necessidades institucionais da Administração, seguindo, as seguintes coordenadas:

Item	Detalhamento	Unidade	Quantidade	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)
------	--------------	---------	------------	--------------------	-------------------

1	<p>Serviço de <i>clipping</i> de matérias jornalísticas de interesse do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, abrangendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tabela com a lista de portais web para análise de mídia online; - Monitoramento de mídia impressa; - Lista dos canais de mídia eletrônica – rádio local; - Monitoramento e análise de TV local; - Lista de palavras-chave para coleta do clipping. <p>Tudo conforme detalhamento e obrigações constantes no Termo de Referência.</p>	serviço	1	R\$ -	R\$ -

4.2. Segue a pormenorização de cada etapa:

4.2.1. **Portais web para análise de mídia online** - O monitoramento de mídia online compreende a coleta, o acompanhamento contínuo e a análise de conteúdos jornalísticos publicados em portais de notícias, sites institucionais de imprensa e veículos digitais de ampla circulação, com foco em matérias que façam referência direta ou indireta ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a seus membros, agentes públicos, decisões, fiscalizações, projetos e temas relacionados ao controle externo e à Administração Pública.

4.2.2. Esse campo de coleta caracteriza-se pela alta dinamicidade e pelo volume expressivo de publicações, exigindo monitoramento sistemático, atualizado e criterioso, de modo a possibilitar a identificação tempestiva de menções relevantes, a mensuração da repercussão institucional e o suporte às estratégias de comunicação. O acompanhamento dos portais web permite, ainda, a análise do alcance, do tom e do contexto das publicações, subsidiando a atuação preventiva e a tomada de decisões pela Assessoria de Comunicação Social.

4.2.3. A seguir, apresenta-se a tabela contendo a relação de portais web a serem monitorados para fins de análise de mídia online:

Mídia Online - Regional	
Nome do portal	Link de acesso
Ariquemes190	https://ariquemes190.com.br/
Correio de Notícia	https://correiodenoticia.com.br/
Correio do Vale	https://www.jornalcorreiodovale.com.br/
Expressão Rondônia	https://www.expressaorondonia.com.br/

Extra de Rondônia	https://www.extraderondonia.com.br/
Folha de Vilhena	https://www.folhadevilhena.com.br/
Folha do Interior	https://folhainterior.com.br/
Folha do Sul Online	https://www.folhadosulonline.com.br/
Folha Rondoniense	http://www.folharondoniense.com.br/
Gente de Opinião	https://www.gentedeopinioao.com.br/
G1 Rondônia	https://g1.globo.com/ro/rondonia/
Hoje Rondônia	https://www.hojerondonia.com/
Na Hora Online	https://www.nahoraonline.com/
News Rondônia	https://www.newsronidia.com.br/
O Central RO	https://www.ocentralro.com.br/
O Mamoré	https://www.omamore.com.br/
O Observador	http://www.oobservador.com.br/
O Rondoniense	https://orondoniense.com.br/
Painel Político	https://portal.painelpolitico.com/
Planeta Folha	https://planetafolha.com.br/
Portal Guajará	http://www.portalguajara.com/
Povo em Alerta	https://www.povoemalerta.com.br/
Tribuna Top	https://www.tribunatop.com/
Rolnews	https://www.rolnews.com.br/
Rondônia Agora	https://www.rondoniagora.com/
Rondônia ao Vivo	https://rondoniaovivo.com/
Rondônia Dinâmica	https://www.rondoniadinamica.com/
Rondônia VIP	https://www.jornalrondoniavip.com.br/
Rondonoticias	https://www.rondonoticias.com.br/

Quadro 2: Mídia Online Regional

Mídia Online Institucional	
Nome do portal	Link de acesso
Ampcon	https://www.ampcon.org.br/

Assembleia Legislativa de Rondônia (ALE-RO)	https://www.al.ro.leg.br/
Atricon	http://www.atricon.org.br/
Audicon	http://www.audicon.org.br/v1/
CNPGC	https://cnpgc.org.br/
CNPTC	https://cnptc.atricon.org.br/
Defensoria Pública de Rondônia (DPE-RO)	https://www.defensoria.ro.def.br/site/index.php
Governo de Rondônia	http://www.rondonia.ro.gov.br/
Instituto Rui Barbosa (IRB)	https://irbcontas.org.br/
Ministério Público de Rondônia (MP-RO)	https://www.mpro.mp.br/
Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO)	https://www.tjro.jus.br/

Quadro 3: Mídia Online Institucional

4.2.1. **Monitoramento de mídia impressa** - O monitoramento de mídia impressa compreende a coleta, o acompanhamento e a análise de matérias veiculadas em jornais e periódicos de circulação local, regional ou estadual, em formato físico ou digitalizado, que façam menção direta ou indireta ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a seus membros, agentes públicos, decisões, fiscalizações e temas relacionados ao controle externo e à Administração Pública.

4.2.2. Esse campo de coleta possui características próprias, com determinada periodicidade de publicação e relevância histórica e documental, sendo fundamental para a preservação de registros, análise de contexto e avaliação da repercussão institucional em veículos tradicionais. O acompanhamento sistematizado da mídia impressa complementa o monitoramento digital, assegurando cobertura ampla e integrada do ecossistema informacional.

4.2.3. A seguir, apresenta-se a relação de veículos de mídia impressa a serem monitorados no âmbito da contratação:

- I - Jornal Diário da Amazônia;
- II - Jornal Gazeta da Amazônia.

4.2.4. **Lista dos canais de mídia eletrônica/ rádio local** - O monitoramento de mídia eletrônica em rádio local compreende a captação, o acompanhamento e a análise de conteúdos jornalísticos, programas informativos, entrevistas, comentários e quadros opinativos veiculados por emissoras de rádio de abrangência local ou regional que façam referência ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a seus membros, agentes públicos, decisões, fiscalizações e temas relacionados ao controle externo e à

4.2.5. Esse campo de coleta caracteriza-se pela alta capilaridade e pelo alcance direto junto à população, especialmente em municípios do interior, sendo essencial para a identificação de percepções, narrativas e abordagens difundidas em tempo real. O monitoramento sistemático das emissoras de rádio permite à Assessoria de Comunicação Social acompanhar a repercussão institucional, subsidiar respostas tempestivas e apoiar estratégias de comunicação direcionadas a públicos específicos.

4.2.6. A seguir, apresenta-se a tabela contendo a relação de canais de mídia eletrônica em rádio local a serem monitorados:

- I - Rádio 95 FM / Porto Velho;
- II - Rádio Caiari AM 1430 / Porto Velho;
- III - Rádio CBN Amazônia FM 101,9 / Porto Velho;
- IV - Rádio Globo RO AM 1310 / Porto Velho;
- V - Rádio Parecis FM 98,1 / Porto Velho;
- VI - Rádio Rondônia FM 93,3 / Porto Velho;
- VII - Rádio Antena FM 102,5 / Porto Velho;
- VIII - Rádio Transamérica Hits 94,1 / Porto Velho.

4.2.7. **Monitoramento e análise de TV local** - O monitoramento e a análise de conteúdos veiculados em emissoras de televisão local compreendem o acompanhamento sistemático de telejornais, programas informativos, entrevistas, reportagens especiais e quadros de opinião que façam referência ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a seus membros, agentes públicos, decisões, fiscalizações e temas relacionados ao controle externo e à Administração Pública.

4.2.8. Esse campo de coleta caracteriza-se pelo elevado alcance e impacto na formação da opinião pública, bem como pelo uso de linguagem audiovisual, exigindo análise contextualizada quanto ao conteúdo, ao enquadramento da matéria e ao tom adotado. O monitoramento contínuo da mídia televisiva local possibilita a identificação tempestiva de menções relevantes, a avaliação da repercussão institucional e o suporte à atuação preventiva e estratégica da Assessoria de Comunicação Social.

4.2.9. A seguir, apresenta-se a tabela contendo a relação de emissoras de televisão local a serem monitoradas no âmbito da contratação:

- I - Amazon Sat;
- II - Canal 25 (Rede Gazeta);
- III - Rede Amazônica Porto Velho / TV Rondônia (Rede Globo);
- IV - Record News RO (Record News);
- V - Rede TV! Rondônia (Rede TV!);
- VI - SIC TV (Rede Record);
- VII - TV Norte Rondônia (SBT);
- VIII - TV Meridional/Rondovisão (Band).

PALAVRAS CHAVE

4.3. A utilização de palavras-chave no serviço de clipping constitui elemento essencial para orientar os mecanismos de busca, coleta, filtragem e classificação dos conteúdos jornalísticos a serem monitorados nos diversos meios de comunicação, assegurando a identificação de matérias que façam referência direta ou indireta ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a seus membros, agentes públicos, unidades organizacionais, decisões, fiscalizações, projetos e temas relacionados ao controle externo e à Administração Pública. As palavras-chave funcionam como parâmetro técnico para a execução do serviço, servindo de base para a captura sistemática das informações relevantes à comunicação

institucional.

4.4. As palavras-chave deverão abranger, entre outras, denominações institucionais, siglas, expressões correlatas e termos temáticos, incluindo exemplos como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, TCE-RO, Corte de Contas, controle externo, fiscalização, auditoria pública, prestação de contas, Administração Pública e transparência. Ressalta-se que tais exemplos possuem caráter meramente ilustrativo, destinando-se a demonstrar a lógica de utilização dos termos no processo de coleta, sem prejuízo da identificação de outras expressões relevantes que se relacionem ao objeto monitorado.

4.5. A lista de palavras-chave a ser utilizada no serviço de clipping possui natureza não taxativa e não exaustiva, constituindo referência orientadora para as pesquisas e o monitoramento das mídias, devendo ser compreendida como um norte técnico para a execução do serviço. A relação mais detalhada e atualizada das palavras-chave será disponibilizada no Artefato do Termo de Referência – Anexo C – Detalhamento do Serviço, ID SEI nº 1004978, podendo ser ajustada ou complementada ao longo da execução contratual, mediante solicitação da Assessoria de Comunicação Social, de modo a assegurar a aderência do serviço às necessidades institucionais.

DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.6. A execução do serviço de clipping jornalístico compreenderá o monitoramento contínuo, sistemático e qualificado dos veículos de comunicação definidos neste Termo de Referência, abrangendo mídia online, mídia impressa, mídia eletrônica (rádio) e televisão local, bem como colunas jornalísticas digitais, conforme escopo previamente estabelecido e atualizações que venham a ser demandadas pela Assessoria de Comunicação Social do TCE-RO.

4.7. Compete à contratada realizar o acompanhamento integral da programação jornalística dos veículos monitorados, mantendo-se permanentemente atualizada quanto a alterações de horários, reformulações editoriais, criação de novos programas ou encerramento de atrações, independentemente de comunicação prévia, de modo a assegurar a continuidade e a integralidade da coleta das informações relevantes ao Tribunal.

4.8. O serviço deverá ser disponibilizado por meio de sistema eletrônico próprio, acessível via internet, com atualização contínua ao longo do dia, permitindo o acesso às matérias jornalísticas em, no máximo, uma hora após sua veiculação ou publicação. O sistema deverá possibilitar consulta, visualização, download, impressão e geração de relatórios, bem como ferramentas de busca por palavra-chave, data, período, veículo e tipo de mídia.

4.9. As matérias jornalísticas deverão ser classificadas quanto ao seu impacto institucional, ao menos nas categorias positivo, negativo ou neutro, possibilitando a consolidação de indicadores estatísticos e a geração de gráficos e relatórios analíticos. Sempre que identificada matéria com potencial negativo ou sensível à imagem institucional do TCE-RO, a contratada deverá encaminhar alerta eletrônico imediato aos endereços indicados pela ASCOM, no prazo máximo de uma hora após a veiculação da notícia.

4.10. A coleta das matérias deverá observar as palavras-chave definidas neste Termo de Referência e no Artefato do Termo de Referência – Anexo C – Detalhamento do Serviço, ID SEI nº 1004978, admitindo-se a inclusão ou exclusão de palavras-chave sazonais, conforme orientação da ASCOM/TCE-RO, sem ônus adicional e com aplicação imediata após comunicação formal, preferencialmente por meio eletrônico.

4.11. A contratada deverá empregar técnicas adequadas e compatíveis com as melhores práticas de monitoramento de mídia, assumindo integral responsabilidade pela obtenção, licenciamento e distribuição das informações coletadas, de modo que o TCE-RO não responda, em nenhuma hipótese, por ônus jurídicos ou econômicos decorrentes da ausência de direitos autorais ou licenças necessárias.

4.12. O banco de dados eletrônico deverá possuir capacidade mínima de 300 GB de armazenamento, com disponibilidade permanente durante toda a vigência contratual, assegurando a integridade, rastreabilidade e histórico das informações. Deverão ser disponibilizadas até 60 contas de acesso simultâneo ao sistema, conforme necessidade institucional.

4.13. Durante a vigência do contrato, a contratada deverá garantir suporte técnico contínuo, em

horário compatível com o expediente do Tribunal, bem como atendimento em regime de plantão para situações emergenciais. Os chamados da fiscalização contratual deverão ser atendidos no prazo máximo de 24 horas, com solução definitiva das pendências em até 72 horas, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.

4.14. Os arquivos de clipping deverão ser mantidos permanentemente acessíveis no sistema eletrônico e, adicionalmente, fornecidos em mídia física (pen-drive) a cada semestre, sem prejuízo do fornecimento pontual de conjuntos específicos de matérias, sempre que solicitado pela ASCOM/TCE-RO.

4.15. Caso haja indisponibilidade temporária de monitoramento de determinado veículo, a contratada deverá comunicar imediatamente a Administração, promovendo a posterior inclusão das matérias tão logo restabelecido o acesso, de modo a preservar a completude do serviço.

DO RELATÓRIO

4.16. A Contratada deverá encaminhar relatório de clipping jornalístico por meio eletrônico, via e-mail, três vezes ao dia, nos períodos da manhã, tarde e noite. Os relatórios correspondentes aos finais de semana e feriados deverão ser disponibilizados no primeiro dia útil subsequente.

4.17. O relatório deverá conter, para cada item clipado, as seguintes informações: título da matéria, data de veiculação, categoria da mídia (rádio, televisão, jornal ou internet), identificação do veículo e resumo da notícia. Deverá, ainda, ser disponibilizado link que direcione ao conteúdo completo no sistema de banco de dados online. No caso de matérias veiculadas em jornais impressos, deverá ser fornecida cópia do original; para matérias de sites e blogs, deverá ser disponibilizada cópia da página eletrônica; e, para matérias veiculadas em rádio e televisão, deverão ser disponibilizados os respectivos arquivos de áudio e vídeo na íntegra.

4.18. Os arquivos referentes às matérias de jornais impressos e de internet deverão ser disponibilizados com possibilidade de impressão em papel no formato A4.

4.19. O relatório diário deverá conter, adicionalmente, análise resumida dos conteúdos do clipping, de modo a permitir a identificação dos principais focos abordados pela mídia no período analisado.

4.20. O relatório diário deverá, ainda, apresentar resumo estatístico do material rastreado, especificamente das matérias que façam menção ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, suas unidades e integrantes, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

I - gráfico geral com o número total de matérias e o percentual de avaliações positivas, negativas e neutras;

II - gráfico demonstrativo da quantidade de matérias por veículo;

III - e gráfico de avaliação qualitativa das matérias por veículo, indicando, para cada veículo, o número de matérias veiculadas segundo as classificações positiva, negativa ou neutra, tanto em números absolutos quanto em percentuais.

4.21. Até o quinto dia útil do mês subsequente, a Contratada deverá fornecer, por meio eletrônico, relatório mensal contendo a compilação estatística dos dados, conforme explicitado neste tópico e em seus subitens, bem como cópia em mídia digital das matérias rastreadas no respectivo período.

4.22. Sempre que solicitado em caráter de urgência, deverão ser fornecidas cópias das matérias de interesse do TCE-RO em mídia digital, devendo o material ser entregue à Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia no prazo máximo de 24 horas, contado da solicitação.

4.23. Deverá haver indexação e análise dos conteúdos do clipping que permitam identificar os principais focos abordados pela mídia, conforme previsto no item “Indexação e Análise das Notícias Clipadas”.

4.24. A Contratada deverá disponibilizar sistema de estatísticas online que contemple, no mínimo: exposição por tipo de mídia (impressa, rádio, televisão ou web); exposição por veículo; índice de avaliação de exposição (positiva, negativa ou neutra); e índice de exposição na mídia em bases diária,

semanal e mensal.

4.25. Para fins de análise, serão consideradas exclusivamente as matérias que cite o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e o Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia, inclusive seus membros, subunidades e programas institucionais, tais como Profaz e Gaepe, por exemplo.

4.26. **A avaliação qualitativa deverá examinar o conteúdo sob a perspectiva de verificar se a notícia auxilia o TCE-RO a ser conhecido pela sua atuação institucional. Serão consideradas como “sim” as notícias avaliadas como positivas ou neutras e como “não” aquelas classificadas como negativas.**

4.27. A análise qualitativa prevista neste tópico deverá abranger exclusivamente os veículos especificados no item 4.1 deste Termo de Referência, compreendendo:

- a) tabela com a lista de portais web para análise de mídia online;
- b) monitoramento de mídia impressa;
- c) lista dos canais de mídia eletrônica – rádio local;
- d) monitoramento e análise de televisão local.

4.28. Deverão ser elaboradas estatísticas diárias, semanais e mensais, devendo as estatísticas diárias ser entregues diariamente em formato eletrônico, as estatísticas semanais às segundas-feiras e as estatísticas mensais até o quinto dia útil do mês subsequente.

DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

4.29. A adjudicação do objeto da presente contratação dar-se-á de forma **una**, em **item único**, uma vez que, embora o serviço compreenda diversas atividades, obrigações operacionais e subtarefas inter-relacionadas, todas elas se integram para a entrega de um **serviço único, indivisível e contínuo**.

4.30. As etapas e componentes que compõem o objeto não possuem autonomia funcional ou utilidade isolada, sendo concebidos para atuar de maneira coordenada e complementar, de modo que a fragmentação da adjudicação comprometeria a coerência da execução, a padronização dos procedimentos e a eficiência do resultado final esperado.

4.31. Dessa forma, a adjudicação em item único assegura a **integralidade da prestação**, a **responsabilização centralizada do contratado** e a adequada consecução dos objetivos da contratação, preservando a qualidade, a confiabilidade e a efetividade do serviço a ser prestado à Administração.

JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

4.32. Nos termos do art. 40, §3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração. No caso da presente contratação, contudo, conclui-se pela inviabilidade técnica e pela inadequação econômica do parcelamento, razão pela qual a adjudicação do objeto ocorrerá em item único, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade, da governança e da supremacia do interesse público.

4.33. O serviço de clipping jornalístico objeto desta contratação possui natureza contínua, integrada e sistêmica, sendo composto por um conjunto de atividades técnicas interdependentes e operacionalmente indissociáveis, que compreendem, entre outras etapas, o monitoramento permanente das mídias, a captação de conteúdos, o tratamento técnico das informações, a classificação qualitativa das matérias, a indexação, a organização em banco de dados, a geração de estatísticas, a emissão de alertas sensíveis e a disponibilização consolidada das informações em ambiente eletrônico.

4.34. Embora existam diferentes meios de comunicação abrangidos pela contratação, tais como mídia online, mídia impressa, rádio e televisão, todos os componentes do serviço integram fluxo operacional único, coordenado e simultâneo, cuja finalidade é fornecer à Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia visão consolidada, uniforme e tempestiva da repercussão institucional do TCE-RO perante a mídia e a sociedade.

4.35. O eventual parcelamento do objeto por tipo de mídia, por etapa operacional ou por solução

tecnológica acarretaria significativa fragmentação da execução contratual, comprometendo a padronização metodológica, a uniformidade dos critérios de classificação das matérias, a consolidação estatística das informações e a integridade do banco de dados institucional, além de dificultar o controle da qualidade dos serviços prestados.

4.36. Sob o prisma técnico-operacional, a execução descentralizada do serviço por múltiplos fornecedores poderia gerar inconsistências na coleta e interpretação das informações, divergências nos critérios de avaliação qualitativa das matérias, sobreposição ou omissão de conteúdos monitorados, conflitos de responsabilidade e perda de rastreabilidade dos dados, fatores incompatíveis com a necessidade institucional de monitoramento contínuo, preciso e tempestivo da imagem institucional do Tribunal.

4.37. Ademais, o modelo de execução adotado exige integração tecnológica permanente entre os mecanismos de monitoramento, o banco de dados eletrônico, os sistemas de busca, os relatórios gerenciais, os alertas automáticos e os indicadores estatísticos, circunstância que demanda gestão centralizada da solução e responsabilização unificada da contratada quanto aos resultados esperados.

4.38. A fragmentação contratual também comprometeria diretamente os níveis mínimos de serviço (SLA) estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente aqueles relacionados à disponibilização das matérias no prazo máximo de 1 (uma) hora após sua veiculação, ao envio imediato de alertas relativos a conteúdos sensíveis e à consolidação periódica de relatórios estatísticos e analíticos. A existência de múltiplos executores dificultaria a coordenação operacional e aumentaria significativamente o risco de falhas, atrasos e descontinuidade informacional.

4.39. Sob o aspecto econômico e administrativo, o parcelamento do objeto não se revela vantajoso para a Administração, pois implicaria aumento dos custos indiretos da contratação, decorrentes da necessidade de gerenciamento simultâneo de múltiplos contratos, ampliação da atividade fiscalizatória, multiplicação de fluxos administrativos, duplicidade de estruturas operacionais e eventual necessidade de integração tecnológica entre fornecedores distintos.

4.40. A adoção de múltiplas contratações também ampliaria os custos de governança contratual, dificultaria a apuração de responsabilidades em caso de falhas na prestação do serviço e reduziria a eficiência operacional da solução pretendida, em afronta aos princípios da economicidade, da eficiência administrativa e da racionalização da gestão pública.

4.41. Ressalte-se, ainda, que o mercado especializado em clipping jornalístico opera, ordinariamente, mediante soluções integradas de monitoramento e inteligência de mídia, abrangendo de forma conjunta os diversos canais de comunicação e etapas operacionais envolvidas, circunstância que reforça a adequação técnica e mercadológica da adjudicação do objeto em item único. Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto mostra-se tecnicamente inadequado e economicamente desvantajoso para a Administração, razão pela qual a contratação será realizada de forma integrada, em item único, assegurando maior eficiência operacional, padronização metodológica, confiabilidade das informações, centralização da responsabilidade contratual e melhor atendimento às necessidades institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO

4.42. Durante toda a vigência contratual, a Contratada deverá assegurar a garantia de funcionamento contínuo do serviço de clipping jornalístico, bem como a prestação de assistência técnica permanente, de modo a garantir a plena disponibilidade, integridade e confiabilidade das informações, sistemas e funcionalidades disponibilizadas ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

4.43. A assistência técnica deverá compreender suporte contínuo, prestado em horário compatível com o expediente do Tribunal, bem como atendimento em regime de plantão para situações emergenciais, especialmente nos casos que possam comprometer o monitoramento da mídia, o acesso ao banco de dados, a disponibilização dos relatórios ou o envio de alertas.

4.44. Os chamados efetuados pela fiscalização contratual deverão ser atendidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento da notificação, devendo a Contratada promover a solução definitiva das pendências no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, salvo nas hipóteses em que haja justificativa técnica devidamente apresentada e aceita pela Administração.

4.45. A garantia e a assistência técnica deverão ser prestadas sem ônus adicional para a Administração, constituindo obrigação inerente ao objeto contratado, e deverão permanecer válidas durante toda a vigência do contrato, inclusive em eventuais prorrogações, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS

4.46. Não se aplica.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.47. A presente contratação observará, no que couber, os princípios e diretrizes de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, considerando a natureza eminentemente **intelectual, tecnológica e digital** do serviço de clipping de matérias jornalísticas.

4.48. Tendo em vista que o objeto envolve predominantemente atividades de monitoramento, captação, tratamento, organização e disponibilização de informações em meios digitais, a sustentabilidade será promovida, prioritariamente, por meio da **redução do consumo de recursos naturais**, da **minimização de resíduos físicos** e da adoção de **processos operacionais ambientalmente responsáveis**. Nesse sentido, a execução do serviço deverá privilegiar o uso de plataformas eletrônicas, sistemas informatizados e envio de relatórios, alertas e conteúdos em formato digital, reduzindo a necessidade de impressões, deslocamentos físicos e consumo de insumos materiais.

I - Como medidas práticas voltadas à mitigação de impactos ambientais decorrentes da execução contratual, deverão ser observados, sempre que aplicável, os seguintes requisitos:

II - priorização de fluxos digitais para entrega de produtos e comunicação entre as partes;

III - racionalização do uso de energia e recursos tecnológicos, com adoção de boas práticas de eficiência operacional em ambientes computacionais;

IV - quando houver necessidade excepcional de uso de mídia física ou impressão, utilização consciente de papel, preferencialmente reciclado ou proveniente de manejo florestal sustentável, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), observando-se as diretrizes de evitar, reduzir, reutilizar e reciclar.

4.49. Dessa forma, os critérios de sustentabilidade aplicáveis à presente contratação concentram-se na **promoção de soluções digitais**, na **redução de impactos ambientais indiretos** e no estímulo a práticas compatíveis com a natureza do serviço, contribuindo para uma contratação pública mais eficiente, responsável e alinhada às políticas ambientais vigentes.

ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO COMUM

4.50. O objeto da presente contratação enquadra-se como **serviço comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, uma vez que se trata de prestação cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser **objetivamente definidos** no Termo de Referência, por meio de especificações usuais, claras e amplamente praticadas no mercado.

4.51. O serviço de clipping de matérias jornalísticas, compreendendo o monitoramento, a captação, a seleção, a compilação, a organização e o envio de conteúdos veiculados em mídias impressa, eletrônica e digital, não demanda soluções intelectuais singulares, metodologias exclusivas ou avaliação subjetiva complexa, sendo executado por diversas empresas especializadas com técnicas padronizadas e resultados mensuráveis, tais como periodicidade de entrega, abrangência das fontes, critérios de classificação e formatos de disponibilização das informações.

4.52. Dessa forma, a contratação admite julgamento objetivo, com base em requisitos previamente definidos e verificáveis, não havendo variações qualitativas relevantes que inviabilizem a

comparação entre as propostas apresentadas pelos licitantes. A natureza do serviço permite, portanto, a adoção de procedimento licitatório compatível com a contratação de serviços comuns, sem prejuízo à eficiência, à qualidade da execução ou ao atendimento do interesse público.

4.53. Adicionalmente, em atendimento ao disposto no art. 20 da Lei nº 14.133/2021, registra-se que o objeto não se caracteriza como serviço de luxo, por não possuir atributos de ostentação, requinte excessivo ou características supérfluas dissociadas de sua finalidade institucional, limitando-se estritamente ao atendimento das necessidades informacionais e estratégicas da Administração Pública.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.54. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), devido ao baixo valor global da contratação.

INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

4.55. Não haverá indicação de marca para a presente contratação.

DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.56. Não haverá vedação de marca para a presente contratação.

DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

4.57. Não haverá exigência de amostra para a presente contratação.

DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

4.58. Não haverá exigência de carta de solidariedade para a presente contratação.

SUBCONTRATAÇÃO

4.59. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, pois a subcontratação poderia comprometer a padronização metodológica, a tempestividade e a responsabilidade única sobre alertas sensíveis.

5. METODOLOGIA DE ENTREGA/EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO - LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

LOCAL, HORÁRIO E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

5.1. A execução do objeto desta contratação observará a natureza dos produtos e serviços a serem entregues, distinguindo-se, para fins operacionais, entre entregas realizadas por meio digital e eventuais entregas de arquivos em mídia física.

5.2. Todos os materiais, conteúdos, relatórios, alertas, links de acesso, arquivos digitais e demais produtos decorrentes da execução do serviço de clipping jornalístico que demandem envio por meio eletrônico deverão ser encaminhados ao endereço institucional da Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, qual seja, ascom@tce.ro.gov.br, no horário compreendido entre 7h30 e 13h30, de segunda a sexta-feira, observadas as demandas específicas e os prazos definidos no item (Da Execução do Serviço) e no item (Do Relatório) deste Termo de Referência

5.3. Nas hipóteses excepcionais em que se fizer necessário o envio de arquivos em mídia física, quando e se demandado no âmbito da execução contratual, os materiais objeto desta contratação deverão ser entregues na sede do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, localizada no bairro Olaria, no município de Porto Velho/RO, CEP 76801-320, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 13h. A

entrega de materiais em formato físico deverá ocorrer mediante agendamento prévio, a ser solicitado pela Contratada por meio do endereço eletrônico ascom@tce.ro.gov.br, observadas as orientações da Assessoria de Comunicação Social quanto ao recebimento e conferência dos materiais.

PRAZOS DE ENTREGA

5.4. O prazo de entrega e disponibilização dos produtos e serviços decorrentes da presente contratação observará a natureza contínua do objeto, que consiste na prestação permanente do serviço de clipping jornalístico, a ser executado durante **toda a vigência contratual**.

5.5. A disponibilização das matérias monitoradas no sistema eletrônico de banco de dados deverá ocorrer de forma contínua, com atualização ao longo do dia, assegurando que os conteúdos sejam incluídos no sistema no prazo máximo de **1 (uma) hora** após a respectiva veiculação ou publicação, conforme previsto no item 4.7 (Da Execução do Serviço).

5.6. Os alertas relativos à publicação de matérias com potencial impacto negativo à imagem institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia deverão ser encaminhados por meio eletrônico no prazo máximo de **1 (uma) hora** após a veiculação da notícia, observadas as condições operacionais estabelecidas neste Termo de Referência.

5.7. Os relatórios diários de clipping deverão ser entregues **três vezes ao dia**, nos períodos da **manhã, tarde e noite**. Os relatórios referentes aos **finais de semana e feriados** deverão ser disponibilizados no **primeiro dia útil subsequente**, conforme disposto no item (Do Relatório).

5.8. O relatório mensal consolidado, contendo a compilação estatística dos dados e a cópia digital das matérias rastreadas no período, deverá ser entregue até o **5º (quinto) dia útil do mês subsequente**, observado o formato e o conteúdo definidos neste Termo de Referência.

5.9. As estatísticas deverão ser elaboradas e entregues conforme a seguinte periodicidade:

- a) as estatísticas **diárias**, com disponibilização **diária**, em formato eletrônico;
- b) as estatísticas **semanais**, com entrega às **segundas-feiras**;
- c) e as estatísticas **mensais**, com entrega até o **5º (quinto) dia útil do mês subsequente**.

5.10. Nas hipóteses de fornecimento de arquivos em mídia física, quando e se demandado, os materiais deverão ser entregues conforme **agendamento prévio**, observados o local e o horário definidos no tópico “Local, Horário e Condições de Entrega ou Execução”.

5.11. Os prazos para atendimento dos chamados da fiscalização contratual e para a solução de eventuais pendências técnicas observarão o disposto no tópico “Garantia e Assistência Técnica do Objeto”, devendo os chamados ser atendidos no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, com solução definitiva das pendências em até **72 (setenta e duas) horas**, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.

CONVOCAÇÃO DO FORNECEDOR

5.12. A comunicação será realizada preferencialmente via e-mail (informado pela empresa em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo da Ordem de Serviços, se for o caso, para assinatura via sistema SEI!. Através do mesmo endereço eletrônico, o TCE-RO enviará as comunicações necessárias durante a execução do objeto.

5.13. A devolução da Ordem de Serviços devidamente assinada será no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar da data de confirmação do recebimento do comunicado e-mail. No caso de empresas fora do Estado de Rondônia, somente em último caso será utilizado o sistema posta físico (Correios), nesta situação o prazo de 3 (três) dias úteis será para realizar a postagem da documentação, sendo excluído da contagem de prazo os dias necessários para o Correios entregarem a postagem.

5.14. A recusa da empresa em formalizar a contratação no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracterizar-se-á como inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-a aplicação de penalidades na forma prevista neste documento.

RECEBIMENTO DO OBJETO

5.15. Em conformidade com a Lei Geral de Licitações e os Regulamentos internos deste TCE-RO, o objeto será recebido provisória e definitivamente mediante a emissão de Termos de Recebimento eletrônicos (via SEI), após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo servidor designado como fiscal.

5.16. O objeto contratado, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência, será recebido da seguinte forma:

a) **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

b) **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento provisório;

5.17. Constatada qualquer irregularidade, o objeto poderá ser rejeito no todo ou em parte, e a empresa será, devidamente comunicada, por escrito, terá o prazo de **5 dias úteis**, a partir da notificação, para fazer a substituição/regularização necessária, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência e legislação vigente. Nesse caso, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

5.18. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral, bem como a aplicação de penalidades, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

5.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia realizará o pagamento, mediante a apresentação da nota fiscal, com aceite do servidor/comissão designado como fiscal da contratação, da importância correspondente ao fornecimento efetuado, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade, conforme dispõe a RESOLUÇÃO N. 383/2023/TCE-RO.

6.2. O prazo para pagamento poderá ser realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.

6.3. Todas as notas fiscais emitidas deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da Nota de Empenho correspondente.

6.4. A nota fiscal que não estiver de acordo com o estabelecido no edital não será aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e será devolvida para as necessárias correções, oportunidade em que será sobrestado o processo de pagamento até que sejam corrigidos os problemas apontados.

6.5. A devolução da nota fiscal não aprovada por este Tribunal de Contas do Estado de Rondônia em hipótese alguma servirá de pretexto para suspensão de quaisquer fornecimentos.

6.6. Forma de pagamento será **mensal, na proporção de 1/12 avos do valor total adjudicado na licitação** - por se tratar de contratação para 12 meses.

6.6.1. Em havendo prorrogação por período superior e/ou inferior a este, o cálculo do valor mensal será feito tomando como base a quantidade de meses da nova vigência acordada.

6.7. As propostas apresentadas devem observar o princípio da anualidade.

7. REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.2.1. O pedido de reajuste do contrato deverá ser instruído com planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e
- 7.2.2. Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.6. O reajuste será realizado por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.
- 7.7. Os reajustes a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão temporal com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado.

8. PENALIDADES

8.1. À contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas na [Lei n. 14.133/2021](#) e nos termos da [Resolução n. 382/2023/TCE-RO](#) e demais normas cogentes, sem prejuízo das multas e demais ocorrências previstas no termo de referência, termo de contrato e/ou ordem de fornecimento/serviço. Dentre as penalidades, tem-se:

- I - Advertência;
- II - Multa moratória;
- III - Multa contratual;
- IV - Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 3 (três) anos; e
- V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

8.2. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

8.4. O percentual da multa moratória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem excederá 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato. O seu valor será calculado em percentual sobre o valor da parcela em mora, e incidirá por dia de atraso, sob limites proporcionais ao prazo fixado para cumprimento da obrigação no instrumento convocatório ou contratual, de acordo com as gradações descritas na tabela a seguir:

8.5.

Prazo de cumprimento da obrigação	Percentual máximo de multa diária	Valor máximo de multa diária
Até 10 dias	1%	
entre 11 e 30 dias	0,82%	
entre 31 e 45 dias	0,71%	R\$ 1.000,00
entre 46 e 60 dias	0,65%	
a partir de 61 dias	0,50%	

Quadro 4: Limites para aplicação de multa moratória

8.6. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.

9. HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

9.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial

para substituir o contrato social;

9.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.

9.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.6. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.7. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.8. Regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social – INSS), dentro da validade;

9.9. Regularidade perante a Fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.11. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizada;

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Justificativa para a exigência de qualificação econômico-financeira

9.12. A qualificação econômico-financeira exigida nesta contratação foi definida com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, buscando um equilíbrio entre a segurança para a Administração e a ampliação da competitividade.

9.13. Nesse sentido, a exigência da Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial é mantida como critério indispensável, pois comprova a regularidade jurídica e a viabilidade operacional mínima da empresa para cumprir com suas obrigações contratuais, mitigando o risco fundamental de insolvência.

9.14. Por outro lado, opta-se pela não exigência de Balanço Patrimonial e demais índices contábeis, considerando que a natureza do objeto (contração de serviços), o baixo valor da contratação e a modalidade de entrega parcelada sob demanda reduzem significativamente os riscos para a Administração. A dispensa de tais documentos torna o certame mais acessível, especialmente para empresas de menor porte, sem comprometer a segurança da contratação, alinhando-se assim ao princípio da eficiência.

Documentação Exigida:

9.15. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial - [Lei n. 11.101/05](#), expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste prazo de validade;

9.16. Será admitida a participação de empresa em recuperação judicial já deferida, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Da justificativa para a NÃO comprovação de qualificação técnica

- 9.17. Não será exigida a apresentação de atestados de capacidade técnica ou outros documentos de qualificação técnica para a presente contratação.
- 9.18. A dispensa da exigência de qualificação técnica justifica-se pela natureza do objeto, que consiste na prestação de serviço comum de clipping jornalístico, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, mediante especificações usuais de mercado e critérios operacionais claros plenamente verificáveis durante a execução contratual.
- 9.19. O serviço objeto da contratação não apresenta elevada complexidade técnica, especialização singular ou requisitos extraordinários de execução que demandem comprovação prévia de expertise específica por meio de atestados técnicos, sendo a adequada prestação do serviço aferida mediante o cumprimento das obrigações contratuais, dos prazos operacionais, dos critérios de monitoramento, dos mecanismos de disponibilização das informações e dos indicadores estabelecidos neste Termo de Referência.
- 9.20. A não exigência de qualificação técnica observa os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, evitando restrições indevidas à participação de interessados sem comprometer a segurança da contratação ou a adequada execução do objeto.

DECLARAÇÕES LEGAIS

- 9.21. Declaração de inexistência de impedimento à contratação com o poder público;
- 9.22. Declaração de beneficiário da lei complementar 123/2006 (se for o caso);
- 9.23. Declaração de conhecimento e concordância dos termos do edital (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I);
- 9.24. Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos (Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º);
- 9.25. Declaração de reserva de cargos (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII);
- 9.26. Declaração de não emprego de trabalho desumano ou degradante (CF 88, art. 1º, III e IV c/c art. 5º, III);
- 9.27. Declaração de inexistência de fato superveniente para contratação.
- 9.28. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- 9.29. **Declaração padronizada de inexistência de vínculo com o TCE/RO** (Conforme Artefato de Termo de Referência - Anexo B - Modelo de Declarações (1004975)).

10. DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1. A fiscalização será exercida por:

Função	Nome Servidor	Matrícula	Telefone	E-mail institucional
Fiscal	Ney Luiz Santana	443	69 99243- 2851	443@tce.ro.gov.br

Suplente	Francisco Carlos Almeida Lemos	990699	69 99981- 1743	990699@tce.ro.gov.br

Quadro 5: Equipe de fiscalização

10.2. Na fiscalização e acompanhamento da execução contratual, o fiscal atenderá as disposições constantes da Lei Geral de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e Regulamentos internos deste TCE-RO.

10.3. Compete ao Fiscal/Comissão de fiscalização:

- a) zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
- b) verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;
- c) acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e
- d) indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

10.4. A fiscalização anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

10.5. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução.

11. PRAZOS

11.1. **Prazo de vigência do contrato:** O contrato terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. **Prazo para início da execução dos serviços:** A execução dos serviços deverá ser iniciada após a formalização contratual e a convocação do fornecedor, observado o prazo máximo de **até 5 (cinco) dias úteis** a contar da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviços, se houver.

11.3. **Prazo de execução dos serviços:** Os serviços serão executados de forma **contínua e permanente**, durante toda a vigência contratual, compreendendo o monitoramento, captação, classificação, organização, armazenamento e disponibilização das matérias jornalísticas.

11.4. **Prazo para disponibilização das matérias monitoradas:** As matérias jornalísticas identificadas deverão ser disponibilizadas no sistema eletrônico de banco de dados de forma contínua, com atualização ao longo do dia, observando-se o prazo máximo de **1 (uma) hora após a respectiva veiculação ou publicação**.

11.5. **Prazo para envio de alertas de matérias sensíveis:** Os alertas relativos à publicação de matérias com potencial impacto negativo à imagem institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia deverão ser encaminhados por meio eletrônico no prazo máximo de **1 (uma) hora após a veiculação da notícia**.

11.6. **Prazo para entrega dos relatórios diários de clipping:** Os relatórios diários de clipping deverão ser entregues **três vezes ao dia**, nos períodos da manhã, tarde e noite. Os relatórios correspondentes aos finais de semana e feriados deverão ser disponibilizados **no primeiro dia útil**

subsequente.

11.7. **Prazo para entrega das estatísticas de acompanhamento-** As estatísticas do serviço deverão ser elaboradas e entregues conforme a seguinte periodicidade:

- I - **Estatísticas diárias:** disponibilização diária, em formato eletrônico;
- II - **Estatísticas semanais:** entrega às **segundas-feiras**;
- III - **Estatísticas mensais:** entrega até o **5º (quinto) dia útil do mês subsequente**.

11.8. **Prazo para entrega do relatório mensal consolidado:** O relatório mensal consolidado, contendo a compilação estatística dos dados e a cópia digital das matérias rastreadas no período, deverá ser entregue até o **5º (quinto) dia útil do mês subsequente** ao da prestação dos serviços.

11.9. **Prazo para atendimento de chamados e correção de pendências:** Os chamados formalizados pela fiscalização contratual deverão ser atendidos no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, com a solução definitiva das pendências técnicas em até **72 (setenta e duas) horas**, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.

12. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor orçado para a contratação constará de Quadro Resumo de Preços elaborado pela Divisão de Licitações e Contratações - DLC, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta a contratos e atas de registro de preços firmados por órgãos públicos, disponibilizados em suas páginas na internet ou em bancos de preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa decorrente de eventual contratação está prevista no **Plano Anual de Contratações – PAC 2026**, sob o **Item 082.050.PAC.2026**, referente à **contratação de serviço de clipping de matérias jornalísticas**.

13.2. A contratação correrá por conta dos recursos consignados ao **Tribunal de Contas do Estado de Rondônia**, pela **Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia**, conforme a seguinte classificação orçamentária: **Ação Programática 01.122.1265.2981 – Gerir as atividades de natureza administrativa, Elemento de Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**.

13.3. As despesas relativas ao exercício subsequente ou aos exercícios subsequentes, na hipótese de prorrogação contratual, estarão condicionadas à existência de dotação orçamentária própria prevista para atendimento da presente finalidade, por conta dos recursos consignados ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia na respectiva Lei Orçamentária Anual, em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021 e às normas orçamentárias vigentes.

14. PREVISÃO DE FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. Será declarada a proposta vencedora aquela que preencher as exigências de especificação deste Termo de Referência e melhor classificada segundo o critério de julgamento eleito.

14.2. Os preços unitários e totais devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (sendo as demais desprezadas), em algarismos e por extenso.

14.3. Poderão ser desclassificadas as propostas que apresentem irregularidades, a exemplo de:

- I. Cotação de objeto diverso;
- II. Condições que contrariem as exigências deste certame ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente;
- III. Proposta alternativa ou que não atenda aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

IV. Irregularidades ou defeitos que prejudiquem o julgamento objetivo por parte do pregoeiro;

V. Proposta de valor excessivo, manifestamente inexequível ou omissa;

VI. Proposta definitiva e/ou documentos complementares não enviados no prazo estabelecido pelo pregoeiro.

15. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS, CONSÓRCIOS E PESSOAS FÍSICAS DAS COOPERATIVAS

15.1. Fica vedada a participação de cooperativas, em atenção ao disposto no art. 16 da Lei Federal 14.133/2021.

15.2. A vedação à participação de cooperativas encontra respaldo técnico-jurídico na própria Lei nº 12.690/2012 e nos princípios que regem a contratação pública, na medida em que tal norma impõe requisitos específicos para a celebração de contratos com cooperativas, buscando assegurar a efetiva natureza cooperativista e a observância de requisitos formais e substantivos. Quando o objeto da contratação exige estrutura organizacional estável, continuidade de fornecimento, equipe dedicada e cumprimento de obrigações fiscais e contratuais, a utilização de cooperativas pode comprometer a clareza na apuração de responsabilidades, a exigibilidade de garantias e a adequada fiscalização do contrato, além de introduzir riscos à isonomia competitiva caso não estejam presentes salvaguardas que comprovem sua regularidade e independência. Na ausência de comprovação robusta do enquadramento cooperativista previsto na legislação, revela-se legítima e proporcional a vedação à participação, como medida destinada a resguardar a eficiência, a economicidade e a segurança jurídica da contratação pública, bem como a garantir a prestação do serviço com os padrões de qualidade e desempenho exigidos.

DAS EMPRESAS EM REGIME DE CONSÓRCIO

15.3. Fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista o objeto da contratação não ser de grande porte, complexo tecnicamente e tampouco operacionalmente inviável de ser executado por apenas uma empresa, não sendo o caso de aplicação do disposto no artigo 15 da Lei Federal 14.133/2021.

15.4. A vedação à participação sob a forma de consórcio encontra plena justificativa técnica e jurídica no fato de o objeto da contratação não apresentar porte, complexidade técnica ou inviabilidade operacional que exija a conjugação de esforços de mais de uma pessoa jurídica, de modo que a solução contratual pode ser adequadamente atendida por um executor singular. Permitir consórcios em situações dessa natureza seria desproporcional e contrária aos princípios da eficiência e da economicidade que norteiam a contratação pública, por acarretar maior complexidade na gestão contratual, dificuldade na atribuição objetiva de responsabilidades e na fiscalização do cumprimento das obrigações, bem como aumento de custos transacionais para a Administração. Além disso, a restrição evita riscos associados à fragmentação de responsabilidades entre consorciadas, à eventual insuficiência de garantias individuais e à criação de arranjos societários ad hoc que possam distorcer a competição ou dificultar a responsabilização em caso de inadimplemento. Em face disso, e considerando que não se verificam os pressupostos para aplicação do disposto no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, a vedação à formação de consórcios mostra-se proporcional, razoável e alinhada à tutela dos princípios e interesses públicos subjacentes ao procedimento licitatório.

DAS PESSOAS FÍSICAS

15.5. Fica vedada a participação de pessoas físicas, uma vez que a presente contratação exige estrutura mínima e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto. A restrição à participação somente de empresas formalmente constituídas tem o condão de otimizar os recursos públicos e garantir que a prestação do serviço seja realizada atendendo aos padrões de qualidade e aos prazos estabelecidos.

15.6. A vedação à participação de pessoas físicas encontra-se tecnicamente justificada pela exigência objetiva de estrutura mínima e de corpo técnico especializado imprescindíveis à adequada execução do objeto, circunstância que impõe capacidade organizacional, administrativa e financeiro-contábil típicas de pessoa jurídica formalmente constituída. Exigir a qualificação empresarial permite à

Administração Pública mitigar riscos contratuais, além de facilitar a exigibilidade de garantias, a emissão regular de documentos fiscais e a aferição de capacidade técnica por meio de atestados e comprovações de experiência. A restrição, portanto, revela-se proporcional e necessária para preservar os princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica, garantindo continuidade do serviço, qualidade técnica e cumprimento de prazos, bem como simplificando a fiscalização e a responsabilização administrativa e civil em caso de inadimplemento.

16. FORMA DE ADJUDICAÇÃO

16.1. O critério de julgamento a ser adotado será o de **menor preço global**.

16.2. A adjudicação do objeto dar-se-á de forma **global**, considerando que o serviço de clipping jornalístico constitui um **conjunto integrado, contínuo e indissociável de atividades**, compreendendo o monitoramento, a captação, a seleção, a compilação, a classificação e a disponibilização de matérias jornalísticas em mídias impressa, eletrônica e digital, bem como o envio de alertas, relatórios e acesso a banco de dados, cujo desempenho adequado depende da execução coordenada e simultânea de todas essas etapas por um único fornecedor.

16.3. O regime de execução da presente contratação será o de **empreitada por preço global**.

16.4. Trata-se de **serviço contínuo**, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto consiste na prestação permanente e regular de serviços de clipping jornalístico, indispensáveis ao acompanhamento sistemático da imagem institucional e das matérias de interesse do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, ao longo da vigência contratual.

17. OBRIGAÇÕES (DEVERES) DAS PARTES

17.1. As obrigações (deveres) da licitante/contratada e da contratante estão elencadas no Anexo A - Obrigação das partes (1004973) deste Termo de Referência.

18. INEXECUÇÃO E EXTINÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

18.1. A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.2. O descumprimento, por parte da vencedora da licitação, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a este Tribunal de Contas do Estado de Rondônia o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

18.3. O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a vencedora da licitação à multa contratual de até 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da vencedora da licitação, independentemente de outras penalidades.

18.4. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Reserva-se à Administração o direito de convocar o licitante para atualizar/complementar as

informações apresentadas, para efeito de julgamento da aceitabilidade da proposta.

19.2. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de correio eletrônico corporativo, reputando-se válidas as enviadas em correio eletrônico (*e-mail*) incluído na proposta ou documentos apresentados pela empresa.

19.3. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

19.4. Devem ser respeitadas, quando do deslocamento às instalações do TCE-RO e da consulta ao processo administrativo, as regras de conduta prescritas pela Resolução nº 90/2012 – Plano de Segurança Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, e pela Resolução nº 93/2012 – Regulamenta o acesso a informações e a aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Não existem condições especiais aplicadas ao objeto.

19.5. O contratado que de alguma forma contribua para pôr em risco a legalidade, lisura e transparência dos certames licitatórios do Tribunal, com condutas comissivas ou omissivas, ficará sujeito às mais graves sanções administrativas previstas no contrato, sujeitando-se ainda às demais cominações legais e não se afastando a possibilidade de arcar com perdas e danos que esta Corte venha a sofrer.

20. ANEXOS

20.1. Compõem o presente Termo de Referência os seguintes anexos:

- a) **ANEXO A** - Obrigação das Partes (1004973);
- b) **ANEXO B** - Modelos de Declarações (1004975);
- c) **ANEXO C** - Detalhamento do Serviço (1004978).



Documento assinado eletronicamente por **NEY LUIZ SANTANA**, **Analista**, em 28/05/2026, às 12:29, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **WENDELL RODRIGUES DA SILVA**, **Chefe**, em 29/05/2026, às 11:17, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **Melquisedeque de Jesus Silva**, **Assessor(a) I**, em 29/05/2026, às 11:36, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tcerro.tc.br/validar>, informando o código verificador **1055403** e o código CRC **E1F40C2E**.

ARTEFATOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO A - OBRIGAÇÕES DAS PARTES (FORNECIMENTO E SERVIÇOS)

1. OBRIGAÇÕES (DEVERES) DO CONTRATADO

- 1.1. Emitir a nota fiscal observando o disposto neste Termo de Referência;
- 1.2. Manter número telefônico e endereço de e-mail atualizados para efetivação dos pedidos durante a vigência da ata;
- 1.3. Fornecer/Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;
- 1.4. Fornecer todos os instrumentos, ferramentas e mão-de-obra necessária ao fornecimento/execução dos objetos contratados, sem nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE;
- 1.5. Fornecer/Executar os objetos seguindo os rígidos padrões consignados no normativo legal concernente ao objeto do contrato, atendendo ainda à legislação de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis;
- 1.6. Entregar somente produtos novos, de primeira qualidade e que atendam às normas do Código de Defesa do Consumidor;
- 1.7. Efetuar a substituição dos produtos fornecidos, às suas expensas, caso seja detectada perda de qualidade;
- 1.8. Providenciar às suas custas a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos, no que couber;
- 1.9. Retirar no local do fornecimento, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento da comunicação por escrito, os produtos que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com as especificações do edital;
- 1.10. Respeitar os prazos previstos em edital;
- 1.11. Manter, durante o prazo de validade do registro, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 1.12. Prestar garantia dos produtos, conforme disposto no tópico “Garantia”;
- 1.13. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, caso a exigência seja aplicável à vencedora da licitação; e
- 1.14. Orientar o CONTRATANTE quanto a melhores práticas aplicáveis ao fornecimento/execução do objeto;
- 1.15. Apresentar o preposto da empresa quando se tratar de serviços;
- 1.16. Ter responsabilidade objetiva pelos fornecimentos/serviços realizados, empregando funcionários capacitados e comunicando com a devida antecedência eventuais substituições do preposto indicado;
- 1.17. Fornecer/Executar os objetos contratados conforme o estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, devendo ainda fiscalizar o nível de qualidade, visando manter a eficiência e eficácia;
- 1.18. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento do fornecimento/serviço, conforme

previsto neste termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença, falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

1.19. Apresentar sugestões que proporcionem maior qualidade na prestação do fornecimento/serviço, potencializando melhor atendimento à finalidade da contratação, sendo o acatamento da responsabilidade do CONTRATANTE;

1.20. Atender prontamente as solicitações do contratante acerca do fornecimento e/ou serviço contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários;

1.21. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções;

1.22. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento e/ou prestação de serviços, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;

1.23. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências do contratante, quando na entrega ou execução do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá;

1.24. Responder pelos danos causados diretamente à Administração do Tribunal ou a terceiros, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão dolosa ou culposa, quando do fornecimento/execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pelo Tribunal;

1.25. Comunicar à Administração do Tribunal, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

1.26. Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;

1.27. Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens ou serviços, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;

1.28. Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso ao fornecimento ou serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas;

1.29. Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos bens, fornecendo os manuais disponíveis e os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;

1.30. Entregar os bens tecnologicamente atualizados, no caso de descontinuidade de fabricação dos bens que foram cotados;

1.31. Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos bens e peças, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar ao CONTRATANTE a plena utilização dos bens adquiridos ou a respectiva indenização;

1.32. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega e instalação dos bens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo dos Bens” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

1.33. O não cumprimento do disposto nos itens anteriores deste item faculta ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia a adoção de medidas objetivando possível extinção contratual, incorrendo a vencedora da licitação, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis; e

1.34. Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

2. OBRIGAÇÕES (DEVERES) DO CONTRATANTE

2.1. Efetuar o registro da licitante classificada em primeiro lugar, firmando a correspondente ata de registro de preços;

2.2. Conduzir o procedimento relativo à eventual renegociação do(s) preço(s) registrado(s);

- 2.3. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento dos produtos, além de comunicar eventuais irregularidades observadas na execução do fornecimento, efetuando, inclusive, o aceite das Notas Fiscais/Faturas;
- 2.4. Aplicar as penalidades previstas para o(s) caso(s) de descumprimento do pactuado nesta licitação;
- 2.5. Assegurar à vencedora da licitação livre acesso às suas dependências por ocasião da entrega dos produtos, desde que os responsáveis pela entrega sejam devidamente identificados;
- 2.6. Empenhar os recursos necessários garantindo o pagamento das Notas Fiscais/Faturas em dia;;
- 2.7. Prestar aos empregados da vencedora da licitação todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre o fornecimento dos produtos; e
- 2.8. Notificar expressamente a vencedora da licitação sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento requerendo a adoção das medidas corretivas necessárias
- 2.9. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;
- 2.10. Permitir livre acesso dos funcionários do CONTRATADO aos documentos e locais relacionados ao objeto, observadas as normas de segurança pertinentes;
- 2.11. Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- 2.12. Realizar rigorosa conferência das características dos bens entregues e/ou dos serviços prestados, pela Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;
- 2.13. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ou bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;
- 2.14. Assegurar que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente;
- 2.15. Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;
- 2.16. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;
- 2.17. Efetuar a publicação do termo contratual na forma da lei;
- 2.18. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no Instrumento Convocatório.

3. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS COMERCIAIS E FISCAIS

- 3.1. Caberá ao CONTRATADO, ainda:
- 3.2. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- 3.3. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- 3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato;
- 3.5. A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos estabelecidos nesta

cláusula, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual o CONTRATADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.



Documento assinado eletronicamente por **NEY LUIZ SANTANA**, **Analista**, em 02/03/2026, às 13:38, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **WENDELL RODRIGUES DA SILVA**, **Chefe**, em 02/03/2026, às 13:44, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **Melquisedeque de Jesus Silva**, **Assessor(a) I**, em 04/03/2026, às 14:21, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tccero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1004973** e o código CRC **7CE483CD**.

Referência: Processo nº 000830/2026

SEI nº 1004973

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-327 - Telefone:

ARTEFATOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO B - MODELO DE DECLARAÇÕES

1. Declaração de inexistência de impedimento à contratação com o poder público

Declaro que a empresa não está impedida de participar de contratações promovidas por órgãos ou entidades públicas.

2. Declaração de beneficiário da lei complementar 123/2006 (se for o caso)

Declaro que a empresa se enquadra / não se enquadra como microempresa e empresa de pequeno porte, e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar.

3. Declaração de conhecimento e concordância dos termos do edital (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I)

Declaro que manifesto ciência em relação ao inteiro teor do AVISO e dos seus anexos, concordando com suas condições, atendendo aos requisitos de habilitação e respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I).

4. Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos (Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º)

Declaro que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo (Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º).

5. Declaração de reserva de cargos (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII)

Declaro que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII)

6. Declaração de não emprego de trabalho desumano ou degradante (CF 88, art. 1º, III e IV c/c art. 5º, III)

Declaro que observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

7. Declaração de inexistência de fato superveniente para contratação.

Declaro que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para habilitação no aviso de dispensa de licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores

8. Declaração de emprego de menor

Declaro que a empresa não possui em seu quadro de pessoal, menores com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9. Declaração padronizada de inexistência de vínculo com o TCE/RO

A empresa (INSERIR NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº [INSERIR Nº DO CNPJ], com sede em [INSERIR ENDEREÇO DA EMPRESA], neste ato representada por (INSERIR REPRESENTANTE LEGAL), doravante denominado Proponente, para fins de participação na Licitação nº (INSERIR Nº DA LICITAÇÃO) ou Contratação Direta nº (INSERIR Nº DA CONTRATAÇÃO DIRETA), promovida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, DECLARA, para os devidos fins, que:

a) não possui, em seu quadro funcional ou em sua composição societária, agente público pertencente à entidade contratante, bem como não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, nem com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, tampouco com seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

b) compromete-se, em caso de êxito na presente contratação, a não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme dispõe o art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

Declara, ainda, que a presente declaração é prestada de boa-fé e de forma voluntária, assumindo a Proponente inteira responsabilidade pela veracidade das informações nela contidas.

_____, _____, _____ de _____ de 2026.

Assinatura e nome legível do proponente



Documento assinado eletronicamente por **NEY LUIZ SANTANA, Analista**, em 02/03/2026, às 13:38, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **WENDELL RODRIGUES DA SILVA, Chefe**, em 02/03/2026, às 13:45, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **Melquisedeque de Jesus Silva, Assessor(a) I**, em 04/03/2026, às 14:22, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1004975** e o código CRC **83BB89D9**.

Referência: Processo nº 000830/2026

SEI nº 1004975

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-327 - Telefone:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

ARTEFATOS DE TERMO DE REFERÊNCIA Nº 1004978/2025/ASCOM

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Item	Unidade	Título da etapa/serviço	Descrição exemplificativa
Serviço de Clipping de Matérias Jornalísticas	1	Monitoramento sistemático e contínuo da mídia	Realização de monitoramento permanente, estruturado e ininterrupto dos veículos de comunicação impressos, eletrônicos e digitais, por meio de ferramentas especializadas e critérios previamente definidos, contemplando a identificação de menções institucionais diretas e indiretas ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, bem como temas correlatos de interesse institucional.
		Captação e coleta integral de conteúdos jornalísticos	Captação, coleta e preservação do inteiro teor das matérias jornalísticas identificadas no monitoramento, incluindo textos, imagens, áudios e vídeos, assegurando a fidelidade das informações, a identificação do veículo, data de publicação, autoria, alcance e demais metadados relevantes.
		Tratamento técnico e extração de informações	Tratamento técnico dos conteúdos coletados, compreendendo a extração de dados relevantes, padronização das informações, organização estrutural dos registros e adequação dos formatos para fins de armazenamento, consulta e disseminação institucional.
		Classificação temática, indexação e catalogação	Classificação das matérias segundo critérios temáticos, institucionais e técnicos, com indexação por palavras-chave, assunto, data, veículo, tipo de mídia e, quando aplicável, avaliação de tonalidade do conteúdo, promovendo a catalogação em banco de dados estruturado, organizado e pesquisável.
		Disponibilização, consolidação e envio ao Tribunal	Disponibilização das informações ao Tribunal por meio de ambiente eletrônico, boletins informativos, alertas automáticos e envio do conteúdo integral, observada a periodicidade definida contratualmente, garantindo tempestividade, confiabilidade e acesso facilitado às informações.
		Gestão, manutenção de histórico e rastreabilidade	Gestão e manutenção de banco de dados histórico contendo o acervo completo das matérias monitoradas durante a vigência contratual, assegurando rastreabilidade, integridade das informações, possibilidade de auditoria, extração de relatórios gerenciais e consult

PALAVRAS CHAVE

0.1. A seguir, apresenta-se a lista de palavras-chave para fins de coleta do clipping:

TEMAS PRIMÁRIOS

Eixo Temático	Palavras-chave / Termos / Expressões
Instituição	Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; TCE-RO; Corte de Contas
Alta Administração	Presidente do TCE-RO

Eixo Temático	Palavras-chave / Termos / Expressões
Membros do TCE	Conselheiro do TCE-RO; Conselheiro-Substituto do TCE-RO
Ministério Público de Contas	Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia; MPC-RO; Ministério Público junto ao Tribunal de Contas; Parquet de Contas
Membros do MPC	Procurador-Geral do MPC-RO; Procurador do MPC-RO
Corpo Técnico	Secretaria Geral de Controle Externo; Auditor de Controle Externo; Técnico de Controle Externo
Educação Corporativa	Escola Superior de Contas; ESCon
Gestão e Governança	Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas (FDI); Ouvidoria do TCE-RO
Programas Institucionais	Programa de Modernização e Governança das Fazendas Municipais do Estado de Rondônia e do Desenvolvimento Econômico Sustentável dos Municípios; Profaz
Articulação Interinstitucional	Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação em Rondônia; Gaepe-RO

TEMAS SECUNDÁRIOS

Eixo Temático	Palavras-chave / Termos / Expressões
Administração Pública	Administração estadual; Autarquia; Empresa pública; Governo do Estado de Rondônia (todas as secretarias, órgãos, fundos e autarquias); Prefeituras (todas as 52, incluindo fundos, institutos e conselhos municipais)
Gestão de Pessoas	Acumulação de cargos; Aposentadoria; Concurso público; Nepotismo
Controle e Fiscalização	Auditoria; Fiscalização; Inspeção; Controle Interno; Controladoria
Educação e Saúde	Controle da Educação; Conselho Estadual de Educação; Conselho Estadual de Saúde; Gastos com Educação; Gastos com Saúde; Merenda Escolar
Contratações Públicas	Licitação; Pregão; Dispensa; Inexigibilidade; Contrato; Convênio; Concorrência; Leilão
Irregularidades e Ilícitos	Corrupção; Fraude; Improbidade; Denúncia; Desvio; Desvio de verba pública; Dicionamento; Dano ao erário; Prejuízo; Sobrepreço; Superfaturamento
Orçamento e Finanças Públicas	Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária; Plano Plurianual; Gastos com pessoal; Renúncia de Receita; Incentivos Fiscais; Recurso estadual/recursos estaduais; Recurso municipal/recursos municipais
Previdência	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Rondônia (Iperon); Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)
Obras e Infraestrutura	Obras; Obras abandonadas; Obras paralisadas; Mau estado de conservação; Rodovias
Meio Ambiente	Meio ambiente; Crime ambiental
Responsabilização Jurídica	Crime contra a Saúde Pública; Justiça Estadual; Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia; Ministério Público Estadual; Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Terceiro Setor e Parcerias	Organização Social (OS); Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); Parceria Público-Privada
Políticas Públicas	Programas sociais; Desenvolvimento socioeconômico
Poder Legislativo	Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia; Câmaras de Vereadores (todas as 52)
Patrimônio Público	Patrimônio público

ATENÇÃO: Outras palavras poderão ser substituídas ou acrescidas durante a vigência do contrato.



Documento assinado eletronicamente por **NEY LUIZ SANTANA, Analista**, em 02/03/2026, às 13:38, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **WENDELL RODRIGUES DA SILVA, Chefe**, em 02/03/2026, às 13:45, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **Melquisedeque de Jesus Silva, Assessor(a) I**, em 04/03/2026, às 14:22, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tce.ro.tc.br/validar>, informando o código verificador **1004978** e o código CRC **14E2B7E2**.

Referência: Processo nº 000830/2026

SEI nº 1004978

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-327 - Telefone:

MAPA DE RISCOS

OBJETO: Contratação de serviço de clipping de matérias jornalísticas, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

1. LEGENDA DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

1.1. A análise de riscos foi elaborada com base na identificação dos eventos que podem comprometer a execução do objeto, avaliando-se **probabilidade** e **impacto**, conforme matriz apresentada, resultando na **pontuação final do risco**, classificada como **baixo**, **médio**, **alto** ou **extremo**. Para cada risco são indicadas ações preventivas e corretivas, nos termos do art. 11, inciso I, e do art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021.

LEGENDA NÍVEL DE RISCO		PROBABILIDADE				
Baixo		1 MUITO BAIXA	2 BAIXA	3 MÉDIA	4 ALTA	5 MUITO ALTA
Médio						
Alto						
Extremo						
IMPACTO	5 MUITO ALTO		8; 9	5		
	4 ALTO		1; 2; 3; 4; 10			
	3 MÉDIO	7	6			
	2 BAIXO					
	1 MUITO BAIXO					

Matriz de cálculo de risco, sendo **extremo: >15 a 25**; **alto: >8 a 12**; **médio: 3 a 6**; **baixo >1 a 2**

2. RISCOS GERAIS DO METAPROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Nº	RISCO	RESPONSÁVEL	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	PROBABILIDADE	IMPACTO	PONTUAÇÃO FINAL
1	Falhas na fase de planejamento/estudo da contratação	Administração	Diagnóstico inadequado da demanda; Ausência de estudo técnico adequado.	Contratação ineficaz; Aditivos contratuais; Possível necessidade de nova licitação; Dificuldade de fiscalização e execução contratual.	2 (Baixa)	4 (Alto)	8 (Alto)
2	Insuficiência de recursos financeiros/orçamentários ou ausência de previsão no Plano Anual de Contratações (PAC).	Administração	Restrição orçamentária / financeira. Ausência de inclusão / insuficiência da despesa no PAC.	Atraso no pagamento das notas fiscais; Possibilidade de rescisão contratual; Necessidade de autorização excepcional para inclusão da despesa ao PAC.	2 (Baixa)	4 (Alto)	8 (Alto)

Nº	RISCO	RESPONSÁVEL	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	PROBABILIDADE	IMPACTO	PONTUAÇÃO FINAL
3	Falha nos procedimentos de acompanhamento e fiscalização contratual.	Administração	Fiscalização ineficiente da execução dos serviços; Ausência de mecanismos de controle de prazos e de serviços prestados; Desconhecimento/descumprimento das regras editais, contratuais e demais normas aplicadas à contratação.	Insatisfação quanto aos serviços prestados pelo contratado; Possibilidade de não detecção de descumprimento de obrigações contratuais pela contratante.	2 (Baixa)	4 (Alto)	8 (Alto)
4	Insuficiência de prazo para conclusão da contratação e/ou processamentos de alterações contratuais	Administração	Falta de integração e suporte das unidades envolvidas na contratação; Mudanças de gestores dos setores envolvidos (gestão do conhecimento prejudicada); Mapeamento incompleto/incorreto dos procedimentos necessários para contratação; Necessidade de maior prazo na análise do ETP/TR e demais providências das fases internas e externas da contratação.	Impossibilidade de contratação no prazo necessário; Questionamento que gerará atraso no processamento da licitação; Formalização de contrato com vícios ocultos ou desconhecidos; Inexecução do contrato; Falta de cobertura contratual.	2 (Baixa)	4 (Alto)	8 (Alto)
5	Interrupção da prestação dos serviços	Contratada	Problemas na administração do consultor/empresa e/ou falência/falecimento da contratada; Descumprimento de obrigações contratuais.	Descumprimento das obrigações contratuais e, consequentemente, do Plano de Atuação e do Plano Estratégico 2021-2028 do TCE;	3 (Média)	5 (Muito alto)	15 (Extremo)
		Administração	Morosidade na análise dos pedidos de repactuação, revisão e reajuste contratual; Atuação insatisfatória da fiscalização contratual.	Custos adicionais para retomada do serviço e/ou contratação de novo consultor/empresa; Pagamentos de eventuais juros e multas.			
6	Alteração nos custos que envolvem a prestação dos serviços decorrentes de ajustes tributários, políticas públicas, alta da inflação e afins.	Administração	Flutuações anormais do mercado podem ocasionar em aumentos permanentes e expressivos nos custos da prestação dos serviços, no entanto, algumas situações tornam insustentável a manutenção do contrato.	Desequilíbrio na equação econômico-financeira do contrato; Aumento expressivo nos custos com a execução do contrato.	2 (Baixa)	3 (Médio)	6 (Médio)
7	Alteração da legislação vigente aplicada ao contrato e capaz de impactar na execução.	Compartilhada	Alteração de normas do ordenamento jurídico aplicadas às contratações públicas.	Possibilidade de alteração contratual; Readequação dos procedimentos administrativos aplicados ao contrato; Possibilidade de alteração dos custos contratuais.	1 (Muito baixa)	3 (Médio)	3 (Médio)

Nº	RISCO	RESPONSÁVEL	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	PROBABILIDADE	IMPACTO	PONTUAÇÃO FINAL
8	Apresentação de documentação falsa/fraudulenta para fins de comprovação de quaisquer regularidades exigidas na contratação.	Contratada	Impossibilidade de apresentação de regularidade integral da empresa e esta se recorre aos meios ilícitos para que não seja punida.	Indução do fiscal ao erro; Ocorrência de crime.	2 (Baixa)	5 (Muito alto)	10 (Alto)

3. RISCOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO ATUAL

Nº	Risco	Responsável	Causas	Consequências	Probabilidade	Impacto	Pontuação Final	Ações de Mitigação
1	Monitoramento incompleto de matérias jornalísticas	Contratada	Metodologia inadequada; falha na definição de palavras-chave; limitação de fontes monitoradas	Perda de informações relevantes; prejuízo à atuação preventiva e institucional	2 (Média)	4 (Alto)	8 – Alto	Definição clara de palavras-chave; exigência de monitoramento multimídia; fiscalização contínua do serviço
2	Atraso no envio de alertas e relatórios	Contratada	Falhas operacionais; indisponibilidade de equipe; problemas de fluxo interno	Comprometimento da tempestividade da informação; impacto na tomada de decisão	2 (baixa)	2 (baixa)	4 – Médio	Estabelecimento de prazos no TR; monitoramento pelo fiscal; aplicação de penalidades em caso de reincidência
3	Classificação inadequada ou imprecisa das matérias	Contratada	Falta de padronização; erro humano; ausência de revisão técnica	Dificuldade de análise; retrabalho; perda de confiabilidade do serviço	2 (Baixa)	3 (Médio)	6 – Médio	Definição de critérios mínimos de classificação; exigência de revisão técnica e correção sem ônus
4	Falhas na cobertura de mídias locais ou regionais	Contratada	Cadastro incompleto de veículos; limitação de fontes regionais	Lacunas no monitoramento; perda de notícias relevantes ao TCE-RO	3 (Média)	4 (Alto)	12 – Alto	Atualização periódica das fontes; validação pelo fiscal; ajustes mediante solicitação da Administração

Porto Velho, datado e assinado eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **NEY LUIZ SANTANA, Analista**, em 02/03/2026, às 13:38, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **WENDELL RODRIGUES DA SILVA, Chefe**, em 02/03/2026, às 13:45, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **Melquisedeque de Jesus Silva, Assessor(a) I**, em 04/03/2026, às 14:22, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tce.ro.br/validar>, informando o código verificador **1000154** e o código CRC **4301F7B0**.

Referência: Processo nº 000830/2026

SEI nº 1000154

Av. Presidente Dutra, nº 4229 - Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 78902-030 - Telefone: - www.tce.ro.br

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90008/2026/TCE-RO
ANEXO II – ORIENTAÇÕES E MODELO DE PROPOSTA

ORIENTAÇÕES

- A proposta deve ser anexada ao sistema, quando convocados pelo Pregoeiro, após a fase de lances e negociação de preços
- O Pregoeiro(a) poderá efetuar consulta *on line*, para fins de habilitação, a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.
- Outras incorreções, desde que não impliquem em alteração da substância da proposta, poderão ser corrigidas quando da solicitação do Pregoeiro para reenvio.

MODELO DE PROPOSTA

DADOS DO PROPONENTE

Razão Social:			
CPF/CNPJ:		Telefone/Fax:	
Endereço:		Cidade/UF:	
Complemento:		CEP:	
E-mail:			

DADOS DO REPRESENTANTE

Nome:			
CPF:		Telefone/Fax:	
RG:		Expedido por:	
Naturalidade:		Nacionalidade:	
Cargo/Função:			
Endereço:		Cidade/UF:	
Complemento:		CEP:	
E-mail:			

DADOS BANCÁRIOS

Instituição:		AG.:		C.C.:	
--------------	--	------	--	-------	--

PROPOSTA

ITEM ÚNICO					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)
1	<p>Serviço de <i>clipping</i> de matérias jornalísticas de interesse do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, abrangendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tabela com a lista de portais web para análise de mídia online; - Monitoramento de mídia impressa; - Lista dos canais de mídia eletrônica – rádio local; - Monitoramento e análise de TV local; - Lista de palavras-chave para coleta do clipping. <p>Detalhamento e obrigações constantes no Termo de Referência e anexos.</p>	SERVIÇO	1		
VALOR TOTAL					

Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N. 90008/2026/TCE-RO e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para execução do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Declaro ainda que o e-mail informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todos os tipos de comunicação oficial, inclusive notificações, comprometendo-me sempre a mantê-lo atualizado junto a essa Corte de Contas.

_____ - __, _____ de _____ de 2026.

Assinatura e nome legível do proponente



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA ANGELICA REIS E SILVA, Chefe**, em 27/04/2026, às 10:59, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleidson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 27/04/2026, às 15:20, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tcerro.tc.br/validar>, informando o código verificador **1039647** e o código CRC **CA3DD4FD**.

Referência: Processo nº 000830/2026

SEI nº 1039647

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone:
6932119135 - www.tcerro.tc.br

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90008/2026/TCE-RO

ANEXO III – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social.
- 1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 1.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.
- 1.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 2.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 2.3. Regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social – INSS), dentro da validade.
- 2.4. Regularidade perante a Fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 2.5. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade.
- 2.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizada.
- 2.7. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial - [Lei n. 11.101/2005](#), expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias caso não conste prazo de validade.

I - Será admitida a participação de empresa em recuperação judicial já deferida, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de

4. DECLARAÇÕES LEGAIS

- 4.1. Declaração de inexistência de impedimento à contratação com o poder público;
- 4.2. Declaração de beneficiário da lei complementar 123/2006 (se for o caso);
- 4.3. Declaração de conhecimento e concordância dos termos do edital (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I);
- 4.4. Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos (Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º);
- 4.5. Declaração de reserva de cargos (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII);
- 4.6. Declaração de não emprego de trabalho desumano ou degradante (CF 88, art. 1º, III e IV c/c art. 5º, III);
- 4.7. Declaração de inexistência de fato superveniente para contratação;
- 4.8. Declaração padronizada de inexistência de vínculo com o TCE/RO.



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA ANGELICA REIS E SILVA, Chefe**, em 27/04/2026, às 10:59, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleidson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 27/04/2026, às 15:21, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tcerro.tc.br/validar>, informando o código verificador **1039648** e o código CRC **D068EACC**.

Referência: Processo nº 000830/2026

SEI nº 1039648

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone: 6932119135 - www.tcerro.tc.br

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90008/2026/TCE-RO

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA PADRÃO DE CONTRATO – COMPRAS E SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA

CONTRATO N. XX/20XX/TCE-RO

Termo de Contrato que entre si celebram o Estado de Rondônia, através do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, e a pessoa jurídica/física (...), abaixo qualificados, tendo em vista o que consta no Processo SEI n. 000830/2026 e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

OBJETO: Contratação de serviço de clipping de matérias jornalísticas, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

VALOR: R\$...

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

ORIGEM: Pregão Eletrônico n. 90008/2026/TCE-RO

CONTRATANTE: ESTADO DE RONDÔNIA, através do **TRIBUNAL DE CONTAS** inscrito no CNPJ sob o n. 04.801.221/0001-10, com sede na Av. Presidente Dutra, n. 4.229, nesta cidade de Porto Velho/RO, neste ato representado pelo (a) Secretário (a) - Geral de Administração, o senhor **FELIPE ALEXANDRE SOUZA DA SILVA**, de acordo com delegação de competência prevista na Portaria n. 11, de 02 de setembro de 2022, publicada no DOE TCE-RO n. 2.670, ano XII, de 06.09.2022.

CONTRATADO:, inscrito (a) no CNPJ sob o n., sediado (a) na, neste ato representado (a) por (Nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART.92, I, II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço de clipping de matérias jornalísticas, conforme as quantidades, especificações, obrigações e demais condições expressas no Termo de Referência, visando atender as necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia:

Item	Detalhamento	Unidade	Quantidade	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)
------	--------------	---------	------------	--------------------	-------------------

Item	Detalhamento	Unidade	Quantidade	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)
1	<p>Serviço de clipping de matérias jornalísticas de interesse do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, abrangendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tabela com a lista de portais web para análise de mídia online; - Monitoramento de mídia impressa; - Lista dos canais de mídia eletrônica – rádio local; - Monitoramento e análise de TV local; - Lista de palavras-chave para coleta do clipping. <p>Detalhamento e obrigações constantes no Termo de Referência.</p>	serviço	1	R\$ -	R\$ -

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$.... (...), perfazendo o valor total de R\$... (...).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e

comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

6.1. O prazo para pagamento inicia-se da habilitação para recebimento, feita pelo CONTRATADO, com a entrega da nota fiscal ou nota fiscal-fatura na sede do CONTRATANTE, acompanhada de toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

6.2. Aplica-se ao pagamento a Resolução Específica relativa à Ordem Cronológica de Pagamentos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

6.3. No caso de contratações diretas por dispensa de licitação fundadas nos incisos I ou II do art 75 da Lei 14.133/21 (dispensa de pequeno valor) o pagamento poderá ser realizado por meio de cartão de pagamento, com a divulgação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

6.4. Nos casos de existência de qualquer débito perante o CONTRATANTE, este poderá sustar o pagamento ou descontá-lo em qualquer fatura, no todo ou em parte, para a retenção cautelar de valores devidos a título de multa por atrasos injustificados na execução contratual, sem prejuízo da aplicação da Resolução Específica referente à apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas cometidas por licitantes ou fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia durante os processos de aquisição de bens e contratação de serviços e obras.

6.5. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data referenciada no subitem 6.1. e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada automaticamente, com a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$
Onde: EM = Encargos moratórios N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = valor da parcela paga I = Índice de compensação financeira = 0,000328767 Assim apurado: $I = (TX)/365$; $I = \{(12/100)/365\}$; $I = 0,000328767$ TX = Percentual da taxa anual = 12%

6.6. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

6.7. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (ART. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. O pedido de reajuste do contrato deverá ser instruído com planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

7.2.2. Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá

demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.

7.7. Os reajustes a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão temporal com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo como contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência e na Resolução Específica relativa à Ordem Cronológica de Pagamentos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que, no prazo fixado pelo fiscal e/ou responsável pela gestão do contrato, seja efetuada a substituição, reparo ou correção, do total ou da parte fornecida/executada, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;

8.1.5. Realizar rigorosa conferência das características dos bens entregues, pelo fiscal ou pela Comissão de Recebimento designada;

8.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas neste Contrato, Lei. 14.133/2021, LINDB e demais legislações correlatas;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXXX.

8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.13. A Administração permitirá o livre acesso dos funcionários do CONTRATADO aos documentos e locais relacionados à execução do objeto, observadas as normas de segurança pertinentes;

8.1.14. A Administração proporcionará todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais; e

8.1.15. A Administração assegurará que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Emitir a nota fiscal observando o disposto no Termo de Referência;

9.1.2. Manter número telefônico e endereço de e-mail atualizados para efetivação dos pedidos durante a vigência contratual;

9.1.3. Entregar somente produtos novos, de primeira qualidade e que atendam às normas do Código de Defesa do Consumidor;

9.1.4. Efetuar a substituição dos produtos fornecidos, às suas expensas, caso seja detectada perda de qualidade;

9.1.5. Providenciar às suas custas a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos, no que couber;

9.1.6. Retirar no local do fornecimento, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento da comunicação por escrito, os produtos que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com as especificações do termo de referência ou projeto básico;

9.1.7. Os produtos deverão estar acompanhados de ficha técnica para conferência das características adequadas;

9.1.8. Respeitar os prazos previstos em edital, termo de referência ou projeto básico, conforme o caso;

9.1.9. Manter, durante toda vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.10. Prestar garantia dos produtos, conforme previsto no Termo de Referência;

9.1.11. Fornecer os produtos nas condições, no preço e no prazo estipulados na proposta.

9.2. Impossibilitada de cumprir o (s) prazo (s) de entrega, solicitar pedido de prorrogação de prazo, o qual deverá estar instruído com, no mínimo, as informações a seguir: identificação do objeto, número do Pregão, número da Nota de Empenho e da ata de registro de preços; justificativa plausível quanto à necessidade da prorrogação; documentação comprobatória; e indicação do novo prazo a ser cumprido.

9.3. O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto nos itens anteriores, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério da Administração o seu deferimento;

9.4. Caso a Administração conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;

- 9.5. Caso a Administração não conceda a prorrogação do prazo, a vencedora da licitação estará sujeita às sanções administrativas pertinentes;
- 9.6. Serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega;
- 9.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, DIVICT, SELIC ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.11. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.16. O não cumprimento do disposto nos itens anteriores deste item faculta ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia a adoção de medidas objetivando possível extinção contratual, incorrendo à contratada, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII)

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

11.1. À contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas na Lei n. 14.133/2021 e nos termos da Resolução n. 382/2023/TCE-RO e demais normas cogentes, sem prejuízo das multas e demais ocorrências previstas no termo de referência, termo de contrato e/ou ordem de fornecimento/serviço. Dentre as penalidades, tem-se:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória;

- c) Multa contratual;
- d) Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pelo prazo de 3 (três) anos; e
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.2. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3. Na aplicação das sanções serão consideradas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

11.4. O percentual da multa moratória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem excederá 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato. O seu valor será calculado em percentual sobre o valor da parcela em mora, e incidirá por dia de atraso, sob limites proporcionais ao prazo fixado para cumprimento da obrigação no instrumento convocatório ou contratual, de acordo com as gradações descritas na tabela a seguir:

Prazo de cumprimento da obrigação	Percentual máximo de multa diária	Valor máximo de multa diária
Até 10 dias	1%	R\$ 1.000,00
entre 11 e 30 dias	0,82%	
entre 31 e 45 dias	0,71%	
entre 46 e 60 dias	0,65%	
a partir de 61 dias	0,50%	
Tabela 01: Limites para aplicação de multa moratória		

11.5. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.3.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2(dois) meses de antecedência desse dia.

12.3.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VII)

13.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta dos recursos consignados ao

Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia, conforme dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:	
Fonte de Recursos:	
Programa de Trabalho:	
Elemento de Despesa:	
Plano Interno:	
Nota de Empenho:	

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

17.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, quando do tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei Federal n. 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e dos serviços contratados ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

- c) em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, este será realizado mediante prévia aprovação do TCE-RO. Os dados tratados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
- d) em caso de necessidade de utilização de sistemas para acesso à dados pessoais, tais sistemas seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;
- e) as medidas técnicas e administrativas de segurança aplicadas são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger;
- f) os dados pessoais obtidos em razão desse contrato devem ser armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função (role-based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
- g) na execução deste contrato, a CONTRATADA zelar pelo cumprimento das medidas de segurança para o tratamento de dados pessoais e oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao TCE-RO, não compartilhando com terceiros, dados pessoais que lhe sejam remetidos;
- h) os dados pessoais obtidos em razão desse contrato serão tratados apenas em nome do TCE-RO e em conformidade com as suas instruções, as cláusulas do contrato e as legislações específicas.

17.2. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, das obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política Corporativa de Segurança da Informação e da Política de Privacidade do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, cujos princípios deverão ser observados na execução deste contrato.

17.3. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados do TCE-RO que contenham, ou possam conter dados pessoais, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final e, em hipótese alguma, a utilização das bases de forma diversa do objeto do presente contrato.

17.4. A CONTRATADA cooperará com o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal n. 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

17.5. A CONTRATADA deverá informar imediatamente ao Encarregado de Dados do TCE-RO, através do canal de Ouvidoria desta Corte, quando receber requisição de titular de dados pessoais, a quem caberá responder a solicitação do requisitante, uma vez que na condição de OPERADOR a CONTRATADA deve se abster de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas do TCE-RO ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

17.6. A CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado de Dados do TCE-RO, através do canal de Ouvidoria desta Corte, mediante o preenchimento de formulário específico da LGPD

disponível no sítio eletrônico do TCE, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.7. A CONTRATADA notificará imediatamente ao Encarregado de Dados do TCE-RO sobre:
a) qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, salvo quando houver lei penal determinando a preservação da confidencialidade de investigação policial; b) qualquer acesso acidental ou não autorizado.

17.8. A CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), a critério do Encarregado de Dados do TCE-RO e conforme a sensibilidade dos dados tratados e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato.

17.9. Encerrada a vigência do contrato, ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta dias), eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), utilizando-se de técnicas de eliminação segura de dados, salvo quando exista obrigação legal para sua manutenção, ou para cumprimento de alguma outra hipótese prevista na Lei Federal nº 13.709/2018.

17.10. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

17.11. As partes declaram conhecimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e comprometem-se em preservar confidenciais as informações e proteger os dados pessoais e sensíveis disponíveis nas ferramentas utilizadas e armazenadas nos sistemas no âmbito TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

18.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021, Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Federal n. 12.846/13 e as Resoluções n. 382/2023/TCE-RO e 383/2023/TCE-RO e todas as suas atualizações ou quaisquer outras que venham a substituí-las, bem como pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (ART. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Porto Velho - Rondônia, [dia] de [mês] de [ano].

(assinado eletronicamente)
FELIPE ALEXANDRE SOUZA DA SILVA
Secretário-Geral de Administração
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia

Representante legal do CONTRATADO

O presente termo de Contrato foi elaborado e vistado de forma eletrônica, na forma da competência do art. 23, I da Lei Complementar Estadual nº 620 de 20 de junho de 2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento, considerado atendidas as recomendações das manifestações da PGE constantes dos autos, não importando, para qualquer fim, em ato administrativo de gestão.

(assinado eletronicamente)
Procurador(a) do Estado



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA ANGELICA REIS E SILVA, Chefe**, em 27/04/2026, às 10:59, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleudson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 27/04/2026, às 15:21, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1039650** e o código CRC **D9C1C65F**.

Referência: Processo nº 000830/2026

SEI nº 1039650

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone:
6932119135 - www.tzero.tc.br

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90008/2026/TCE-RO
ANEXO V – PLANILHA DE RESUMO DE PREÇOS

Constitui o Anexo V do presente edital a Planilha de resumo de preços, elaborada pela Divisão de Licitações e Contratações - DLC, conforme Instrução de Cotação 013/2026/ DLC-Selic (1031662).



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA ANGELICA REIS E SILVA, Chefe**, em 27/04/2026, às 11:00, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleudson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 27/04/2026, às 15:21, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).




A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tcerro.tc.br/validar>, informando o código verificador **1039652** e o código CRC **3BC2B1CA**.

Referência: Processo nº 000830/2026

SEI nº 1039652

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone:
6932119135 - www.tcerro.tc.br

		TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA				
		Secretaria Executiva de Licitações e Contratos - SELIC				
		Divisão de Licitações e Contratações - DLIC				
Processo Administrativo		SEI n. 000830/2026				
Identificação da Planilha		Instrução de Cotação n. 013/2026/DLC-Selic				
Objeto:		Serviço de clipping de matérias jornalísticas de interesse do TCE-RO.				
Sistema de Registro de Preços:		Não				
Planilha de resumo de preços						
ITEM	DESCRIÇÃO	GRUPO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Serviço de clipping de matérias jornalísticas de interesse do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, abrangendo: Tabela com a lista de portais web para análise de mídia online; Monitoramento de mídia impressa; Lista dos canais de mídia eletrônica – rádio local; Monitoramento e análise de TV local e Lista de palavras-chave para coleta do clipping.	1	12	Serviço	R\$ 3.968,00	R\$ 47.616,00
Valor total médio estimado						R\$ 47.616,00
Responsável pela Pesquisa de Preços:					Leandro Guimarães Ribeiro - Técnico Administrativo - Matrícula 388	
Declaro para todos os fins de direito, que realizei pesquisa de preços para futura aquisição/contratação dos itens presentes neste processo licitatório, que o preço de referência foi formado nos ditames do Art. 8º da Instrução Normativa nº 397/2023/TCE-RO e seus incisos, devidamente apontados na planilha acima.						
→	(1) Art. 8º da Resolução nº 397/2023/TCE-RO.					
Data:	segunda-feira, 23 de março de 2026					

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90008/2026/TCE-RO - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA MEI-ME-EPP

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, tipo menor preço, realizado no site: <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O Edital está disponível para *download* gratuito nesse endereço e no Portal de Transparência do TCE-RO: <https://transparencia.tce.ro.gov.br/transparenciatce/LicitacoesContratos/Licitacoes>.

UASG: **935002**. Processo: 000830/2026 Legislação regente: **Lei Federal n. 14.133/2021**.

OBJETO: contratação de serviço de *clipping* de matérias jornalísticas, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, condições detalhadas no edital.

Data de realização: **24/06/2026, horário: 09h30min** (horário de Brasília-DF).

Valor total estimado: **R\$ 47.616,00 (quarenta e sete mil seiscentos e dezesseis reais)**.

Pregoeiro(a): **Adriana Larissa Freitas dos Santos**



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA LARISSA FREITAS DOS SANTOS, Técnico(a) Administrativo**, em 08/06/2026, às 12:52, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tce.ro.tc.br/validar>, informando o código verificador **1061251** e o código CRC **217F7286**.

Referência: Processo nº 000830/2026

SEI nº 1061251

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone: 6932119135 - www.tce.ro.tc.br